



Agregados Macroeconômicos

Economia e Finanças Públicas p/ CGDF

Profs. Jetro Coutinho e Paulo Ferreira

Sumário

SUMÁRIO	2
APRESENTAÇÃO	3
COMO ESTE CURSO ESTÁ ORGANIZADO	6
AGREGADOS MACROECONÔMICOS	8
A NAÇÃO TEM CONTAS?	8
<i>Macroeconomia x Microeconomia</i>	8
<i>Objetivos da Política Macroeconômica</i>	9
FLUXO CIRCULAR DA RENDA	11
A IDENTIDADE MACROECONÔMICA BÁSICA	14
ECONOMIA FECHADA E SEM GOVERNO	17
<i>Produto Agregado (Oferta Agregada)</i>	17
<i>Renda Agregada</i>	20
<i>Despesa Agregada (Demanda Agregada)</i>	20
<i>Poupança</i>	21
ECONOMIA FECHADA E COM GOVERNO	22
<i>Produto: Impacto do Governo</i>	23
<i>Renda: Impacto do Governo</i>	24
<i>Despesa Agregada: impacto do Governo</i>	26
<i>Poupança: Impacto do Governo</i>	26
ECONOMIA ABERTA E COM GOVERNO	27
<i>Produto e Renda: Impacto do resto do mundo</i>	28
<i>Despesa Agregada: Impacto do Resto do Mundo</i>	29
<i>Poupança: Impacto do resto do mundo</i>	29
<i>Conceitos Adicionais</i>	30
BRUTO X LÍQUIDO	30
PRODUTO REAL, PRODUTO NOMINAL E DEFLATOR IMPLÍCITO	31
QUESTÕES COMENTADAS PELOS PROFESSORES	34
LISTA DE QUESTÕES	57
GABARITO	65
RESUMO DIRECIONADO	66

Apresentação



Fala aê, povo! Tudo beleza com vocês?

Aqui quem vos fala (ou escreve, sei lá! hahaha) é **Jetro Coutinho**, Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, aprovado aos 22 anos de idade, e um fanático pela matéria que estudaremos aqui no curso: a Economia.

Além de ser Auditor do TCU e Prof. de Economia e Finanças Públicas, também costumo ser bacharel em Administração pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Direito Financeiro e Tributário e pós-graduado em Direito Administrativo. Como concurseiro lascado que eu era, estudava que nem um maluco e, com muito esforço, consegui a minha primeira aprovação como Técnico do Banco Central no concurso de 2009. Depois de muito estudo e de 2 anos e meio trabalhando no BACEN, eu fui aprovado em dois concursos "só o ouro": Analista de Finanças e Controle da Secretaria do Tesouro Nacional – Área Econômico-Financeira (2013) e no concurso para o qual eu nasci: Auditor do TCU. Aí, acabou que eu nem assumi no Tesouro Nacional, porque eu queria mesmo era ir para o TCU. E assim, com a 13ª colocação em um dos concursos mais concorridos e disputados em todo o Brasil (tem mais de 20 matérias o edital da bagaça!), eu tomei posse no TCU, aos 22 anos de idade.

Adicionalmente, também dou aulas de Contabilidade Pública, aguardando oportunidades para ministrar essa matéria.

Agora, passo a palavra para o meu brother, Professor Paulo Ferreira.



Olá, tudo bem? Me chamo **Paulo Ferreira**. Seja muito bem-vindo ao Direção Concursos. Junto do Jetro, sou responsável pelas disciplinas de Economia e Finanças Públicas aqui no site.

Sou economista pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (2013), bacharel em ciências contábeis pela faculdade CNEC (2018) e especialista em Finanças Públicas também pela UFRGS (2017). Desde setembro de 2017, ocupo o cargo de **Auditor do Estado, da Contadoria e Auditoria do Estado – CAGE-RS**. Antes disso ocupei por dois anos o cargo de Economista na Prefeitura de Gravataí/RS, minha cidade natal.

Entre 2013 e 2014, também fui aprovado dentro do número de vagas previstas no edital nos concursos para economista do IPERGS, do IRGA e da Secretaria da Saúde, todos na Administração Estadual. Em 2015, passei a comentar questões para o site TEC Concursos, onde tenho mais de 5.000 questões comentadas, sendo mais de 4.000 de Economia e Finanças Públicas.

É com muito entusiasmo que passo a transferir a você essa experiência adquirida nos últimos anos. Estou certo de que aliar toda esta bagagem em **resolução de questões à incrível didática** do Jetro fará com que você tenha o **melhor** curso de Economia do mercado

Opa, Jetro na área novamente!

Agora que a gente já se conhece, vamos falar da tal da Economia. Meu primeiro contato com Economia foi na faculdade, numa matéria chamada "Introdução à Economia", mais conhecida como "INTECO" ou, na minha opinião, "o diabo na terra". Cara, como eu odiei aquela matéria! Kkkkkk

Acredito que esse "ódio" inicial se deu porque, em princípio, a matéria de Economia é um pouco contra intuitiva. Ou seja, algumas coisas só fazem sentido depois de muito estudo. E, como eu não entendia muita coisa, não gostava da matéria. Óbvio, né? É bem difícil você gostar de alguma coisa na qual não é bom...

Só que eu acabei curtindo, e curto até hoje, a parte mais financeira da Administração (investimentos, trading, etc). E aí, para quem gostava desses assuntos, era fundamental que eu conhecesse a fundo a Economia. Bom, depois de deixar o mimimi e a experiência ruim com a matéria de lado, resolvi sentar a bunda na cadeira e estudar. Depois de um tempinho, a ficha caiu! Eu finalmente comecei não só a entender os conceitos, mas a aplicá-los na vida! E, finalmente, comecei a entender o William Bonner no Jornal Nacional, quando ele falava que o PIB do Brasil cresceu x% e a Balança Comercial teve superávit.

Gostei tanto da matéria que acabei sendo aprovado para o Tesouro Nacional justamente na área de... ECONOMIA! Uashuahashau

Portanto, em nossa matéria, quero te pedir o seguinte: tente aprender não só para a prova, mas para a vida! E tente enxergar como os conceitos econômicos funcionam no seu dia-a-dia.

É uma matéria super apaixonante e com certeza você vai gostar muito!

Mas também preciso mandar a real. O primeiro contato com Economia nem sempre é o melhor possível. Isso acontece porque Economia não é que nem Direito Constitucional ou Direito Administrativo, matérias mais simples, as quais você estuda, vai para as questões e acerta um monte delas.

Em Economia, o aprendizado é um pouco mais lento, mais gradual, e você vai precisar de mais maturidade nos estudos para conseguir ter um bom desempenho. Ou seja, controle as expectativas, os resultados com certeza virão, mas vai demorar um pouco mais do que você está acostumado, ok?

O lado bom é que você está aqui conosco, Jetro Coutinho e Paulo Ferreira, os melhores professores de Economia do Brasil (Auto-estima não é problema pra gente, fala aí! kkkkk). Mas falando sério, toda a nossa experiência em preparação para concursos e os milhares de alunos aprovados pelo país nos permitem desmistificar essa complicação toda e mastigar os conceitos para você.

Por isso é que ajudamos concurseiros de todo o Brasil que tem dificuldade na matéria ou que simplesmente precisam de um material que explique as coisas de uma forma diferente, sabe? Sem aquele blá-blá-bla e toda aquela linguagem formal que dá sono pra caramba.

Mas por melhores professores que sejamos (e sempre nos esforçamos muito para melhorar), não conseguiremos fazer você aprender Economia sozinhos. Afinal, precisamos muito do seu comprometimento e dedicação.

Costumamos dizer que 50% é nossa responsabilidade e 50% é sua. Prometemos que daremos 148,67% dos nossos 50%. E você? Está disposto a se dedicar no mesmo montante? Do que você está disposto a abrir mão para conquistar o seu sonho?

Infelizmente, passar em concurso não é para todo mundo, mas APENAS para aqueles que se dedicam e se comprometem a só parar quando chegarem lá.

Se você faz parte deste segundo grupo de pessoas, seja muito bem vindo(a) ao **Direção Concursos**, um lugar que torna os sonhos dos concurseiros em realidade.

Quanto ao curso, garantimos que este material não será mais um cursinho, será a sua maior chance de **aprovação**. Prometemos que, além de estudarmos bastante e nos dedicarmos aos concursos, também brincaremos e nos divertiremos muito (isto é, se você achar graça das nossas piadas! A esposa do Jetro sempre diz que elas não têm graça nenhuma, mas eu acho que ela gosta, sim. Afinal, ela topou casar com ele, haha!). E quem sabe podemos até virar bons amigos.

Neste material você terá:

Curso completo em VÍDEO

teoria e exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Curso completo escrito (PDF)

teoria e MAIS exercícios resolvidos sobre TODOS os pontos do edital

Fórum de dúvidas

para você sanar suas dúvidas DIRETAMENTE conosco sempre que precisar

Você nunca estudou Economia para concursos? Não tem problema, este curso também te atende. Nós veremos toda a teoria que você precisa e resolveremos centenas de exercícios para que você possa praticar bastante cada aspecto estudado. Nossa recomendação, nestes casos, é que você comece pelo PDF e use as videoaulas para reforçar os conceitos. E fique à vontade para nos procurar no fórum de dúvidas sempre que for necessário.

Caso você queira tirar alguma dúvida antes de adquirir o curso ou conhecer mais o nosso trabalho, basta entrar em contato conosco pelas redes sociais:



Jetro Coutinho



Paulo Roberto Nunes Ferreira



Jetro Coutinho



Jetro Coutinho

Como este curso está organizado

O último concurso ocorrido para a CGDF foi em 2013 e foi realizado por uma banca chamada Fundação Universa (FUNIVERSA). Essa banca não está mais fazendo concursos, por isso, as chances são remotíssimas de ela voltar a fazer o certame. Levando isso em consideração, vamos focar nossa atenção em uma outra banca do Distrito Federal, o Cespe/UnB. Caso a banca seja definida e não seja o Cespe, não haverá problema nenhum, pois adaptaremos o curso.

Veremos EXATAMENTE o que foi exigido pela banca Funiversa no último edital da CGDF, mas, com as questões do Cespe. Os tópicos cobrados no último edital foram os seguintes:

Concurso CGDF – banca Cespe (com base no último edital da FUNIVERSA)

Disciplina: Economia e Finanças Públicas

Conteúdo: ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS: 1. Conceitos básicos de micro e macroeconomia. 2. Funções do Governo. 3. Papel do Governo na economia: estabilização econômica, promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda. 4. A função do Bem-Estar: políticas alocativas, distributivas e de estabilização. 5. Bens públicos, semipúblicos e privados. 6. Necessidades de financiamento do setor público. 7. Agregados Macroeconômicos: as identidades macroeconômicas básicas; o sistema de Contas Nacionais; as Contas Nacionais no Brasil. 8. O Balanço de Pagamentos no Brasil. 9. Agregados Monetários. As contas do Sistema Monetário. 10. Conceito de Déficit e Dívida Pública. Financiamento do déficit. Economia da dívida pública. 11. Política fiscal. Política Cambial. Comportamento das contas públicas e financiamento do déficit público no Brasil. 12. Distribuição de renda. Desigualdades regionais. Indicadores sociais. 13. Política Monetária. Relação entre taxas de juros, inflação, resultado fiscal e nível de atividade. A oferta e demanda agregada. 14. Limite constitucional estadual e legal. 15. O financiamento dos gastos públicos – tributação e equidade. Incidência tributária. 16. Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos. Progressividade, regressividade e neutralidade. 17. Orçamento público e os parâmetros da política fiscal. 18. Orçamento e gestão das organizações do setor público. Características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias), mensuração de desempenho e controle orçamentário. 19. Avaliação de políticas públicas e programas governamentais: referencial teórico, conceitos básicos e tipos de avaliação, técnicas de avaliação e monitoramento da despesa pública, avaliação de políticas públicas, utilização de indicadores, análise de custo benefício.

Para cobrir este edital integralmente, o nosso curso está organizado da seguinte forma (os tópicos 14 e 18 do edital serão cobertos pelos professores de Administração Financeira e Orçamentária, enquanto o tópico 19 será visto na matéria de Administração Pública, ok?):

Aula	Data	Conteúdo do edital
00	HOJE!	1. Conceitos básicos de macroeconomia. 7. Agregados Macroeconômicos: as identidades macroeconômicas básicas; o sistema de Contas Nacionais; as Contas Nacionais no Brasil.
01	20/03	8. O Balanço de Pagamentos no Brasil. Política Cambial.
02	21/03	Teste de Direção
03	05/04	11. Política fiscal.

04	18/04	9. Agregados Monetários. As contas do Sistema Monetário.
05	19/04	Teste de Direção.
06	30/04	11. Política fiscal. Política Cambial. 13. Política Monetária. Relação entre taxas de juros, inflação, resultado fiscal e nível de atividade.
07	10/05	11. Política fiscal. Política Cambial. 13. Política Monetária. Relação entre taxas de juros, inflação, resultado fiscal e nível de atividade (Parte II). A oferta e demanda agregada.
09	11/05	Teste de Direção
09	20/05	15. O financiamento dos gastos públicos – tributação e equidade. Incidência tributária. 16. Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos. Progressividade, regressividade e neutralidade.
10	21/05	Teste de Direção
11	30/05	6. Necessidades de financiamento do setor público. 10. Conceito de Déficit e Dívida Pública. Financiamento do déficit. Economia da dívida pública. Comportamento das contas públicas e financiamento do déficit público no Brasil.
12	04/06	Teste de Direção
13	05/06	12. Distribuição de renda. Desigualdades regionais. Indicadores sociais.
14	06/06	Teste de Direção
15	15/06	2. Funções do Governo. 3. Papel do Governo na economia: estabilização econômica, promoção do desenvolvimento e redistribuição de renda. 4. A função do Bem-Estar: políticas alocativas, distributivas e de estabilização. 5. Bens públicos, semipúblicos e privados.
16	17/06	Teste de Direção
17	25/06	1 Conceitos básicos de microeconomia.

Que tal já iniciarmos o nosso estudo AGORA? Separamos um conteúdo muito útil para você nesta aula demonstrativa. Trata-se deste ponto aqui do edital:

1. Conceitos básicos de macroeconomia. 7. Agregados Macroeconômicos: as identidades macroeconômicas básicas; o sistema de Contas Nacionais; as Contas Nacionais no Brasil..

Agregados Macroeconômicos

A nação tem contas?

Imagine um grande investidor internacional que tenha muito dinheiro para investir e que está decidindo em que país vai aplicar o seu dinheiro. É claro que antes de investir o seu suado dinheirinho, ele irá reunir o máximo de informações que puder acerca dos países nos quais ele se interessa em investir. Uma fonte de informação relevante para esse investidor é justamente a Economia, pois é nela que estão registrados diversos fatores que podem orientar o investidor a tomar uma boa decisão.

Se você fosse o investidor, colocaria seu dinheiro na Venezuela, por exemplo? Você encararia a inflação de 1.000.000% (isso mesmo, 1 milhão por cento¹)? Encararia uma recessão de 15%? Qual seria sua estratégia de vendas num país onde o salário mínimo é de 36 dólares por mês?

Por que não colocar o seu dinheiro no Chile, com inflação de 2,43% (menor que a do Brasil), crescimento da Economia de 3,9% e salário mínimo de aproximados 335 dólares por mês?

Em qual dos dois países você, como investidor ou mesmo empresário, teria mais chance de fazer o seu negócio prosperar?

Perceba que essa “comparação” entre países só é possível porque podemos medir o desempenho das diversas economias de uma mesma maneira. Como dizia minha vó, comparamos bananas com bananas e maçãs com maçãs. Precisamos utilizar os mesmos critérios quando estamos comparando duas situações.

De fato, sempre há algumas especificidades no cálculo das contas de cada país, mas as Contas Nacionais³ permitem que a base de comparação entre os países seja estável o suficiente, de forma a medir o desempenho da economia.

As Contas Nacionais medem o desempenho de uma economia e fornecem base de comparação entre os desempenhos econômicos dos países.

Macroeconomia x Microeconomia

Você já viu o William Bonner falar no Jornal Nacional: “O PIB brasileiro cresceu x% no segundo trimestre, enquanto a balança comercial apresentou déficit de y% e a renda das famílias ficou estável em z%?” Pois é, todos esses fatores são medidos pelas Contas Nacionais, pois nos permitem saber como está o desempenho da Economia.

¹ Isso significa que, na média, as coisas aumentam de preço 1.000.000% em 12 meses.

² E que é rapidamente corroído pela alta inflação?

³ Ou “Contabilidade Nacional” ou “Contabilidade Social”, mesma coisa.

As Contas Nacionais são uma parte do estudo da Macroeconomia (macro = grande). Na macroeconomia, não estamos preocupados com a decisão de produção de uma empresa ou de um consumidor em específico (isto fica a cargo da microeconomia, já que micro = pequeno), mas sim com a decisão dos agentes econômicos como um todo. Ou seja, o foco de análise não é uma empresa ou setor, mas todo o país de uma vez só.

Em vez de perguntar com qual nível de produção a empresa maximiza seus lucros, por exemplo, a macroeconomia se preocupa se a produção total do país cresceu, se a economia gerou mais empregos e se houve mais exportações que importações. Não estamos preocupados com o desempenho de apenas uma empresa ou setor, mas sim com o desempenho da economia do país inteiro!

Macroeconomia: análise agregada. Foco: desempenho da economia como um todo.

Microeconomia: análise específica. Foco: interações entre empresas/consumidores e produção/preço em setores específicos.

Objetivos da Política Macroeconômica

As contas nacionais, por medirem o desempenho da economia de um país, são uma importante base de dados para o Governo, que pode, com base nesses dados, formular políticas econômicas para atender a todo o país (política macroeconômica) ou uma empresa/setor (política microeconômica).

Quando o governo deu desconto de IPI (imposto sobre produtos industrializados) para todo mundo comprar carro e/ou eletrodomésticos, ele praticou uma política econômica. Quando ele deu subsídios para alguns setores ou quando permitiu que empresas pagassem menos impostos para investir na produção (a chamada “renúncia fiscal”), o governo também pratica política econômica.

Se o governo acertar na política econômica, todos ficamos contentes, pois a Economia se desenvolve. Se ele errar, a sociedade como um todo sai prejudicada (exceto os “privilegiados”, que conseguiram os benefícios governamentais), já que a economia será penalizada com menor crescimento, maior desigualdade, etc.

Pelo menos na teoria, todo governo tenta acertar nas políticas econômicas. O “acertar” aqui é conseguir atingir os objetivos da política macroeconômica, que são:

- **Alto nível de emprego:** “emprego” é a utilização dos recursos na economia (inclusive a mão de obra dos trabalhadores e as máquinas/equipamentos empregados na produção de bens/serviços). Ou seja, quanto mais empregarmos os recursos na economia, maior será a possibilidade de essa economia se desenvolver. Se há desemprego, é porque há recursos na economia que não estão utilizados (um trabalhador que não consegue trabalho ou uma fábrica de automóveis que não está sendo utilizada para produzir, por exemplo), o que constitui em uma questão a ser resolvida pela política macroeconômica.
- **Estabilidade de preços:** A macroeconomia tem que permitir que os preços sejam estáveis, ou seja, que eles sejam minimamente previsíveis. Para isso, a macroeconomia tentará controlar a inflação, que é o aumento generalizado de preços.
Houve épocas em nosso país que a inflação chegou a quase 500% ao ano. Com uma inflação tão alta assim, a renda dos trabalhadores é corroída (pois os preços sobem muito) e não é possível

fazer planejamento financeiro (se você deixar para comprar no mês seguinte, por exemplo, seu poder de comprar já diminuiu muito, pois os preços aumentaram pra caramba de um mês pro outro). Financiamento, então, pode esquecer.

- **Distribuição da renda:** Não adianta termos muito dinheiro se ele ficar na mão de poucas pessoas. Um objetivo da política macroeconômica é justamente aumentar a igualdade na distribuição de renda. A questão aqui é como fazer isso. Salário mínimo, por exemplo, é uma forma de política macroeconômica de distribuição de renda, mas ele pode causar desemprego no mercado de trabalho. É que, se ele for elevado artificialmente, os custos das empresas aumentam, o que faz a oferta ser reduzida. Com menor oferta, as empresas produzem menos (e, portanto, demitem trabalhadores, aumentando o desemprego) e os preços como um todo sobem. Este objetivo, no entanto, é muito importante de ser perseguido, pois pode elevar o padrão de vida da população.
- **Crescimento econômico:** Da mesma forma que um país rico, mas desigual não é adequado, um país igualitário, mas pobre, também não é. Ou seja, de nada adianta um país rico e desigual ou um país pobre e igual. Com isso em mente, um outro objetivo da política macroeconômica é fazer a economia crescer. Para isso, a economia precisará ter aumento em sua capacidade de produzir (e de empregar corretamente os recursos). Ou seja, crescer economicamente é produzir mais. Com maior produção, mais necessidades humanas poderão ser atendidas.

Esses são os quatro objetivos da política macroeconômica: alto nível de emprego, controle de preços, distribuição da renda e crescimento econômico. Todos esses objetivos visam levar o país a um grau de desenvolvimento econômico. Enquanto o crescimento econômico mede a produção de um país, o desenvolvimento econômico é um conceito mais amplo, pois abrange, além da produção, aspectos sociais como educação, segurança, meio ambiente, etc.

Um país desenvolvido economicamente precisa de crescimento econômico. E um país com crescimento econômico tem mais chances de se desenvolver.

O problema aqui, como tudo na Economia, é o chamado “trade off”. Ou seja, o custo de oportunidade envolvido. É que, para perseguirmos um objetivo, talvez tenhamos que abrir mão de outro.

Se o governo estimular o alto emprego dos recursos na economia, a economia produzirá mais. Com maior produção, o custo pode aumentar. Com maiores custos, as empresas podem aumentar os preços de seus produtos, o que pode elevar a inflação, prejudicando o objetivo da estabilidade de preços. Ou seja, o objetivo do alto nível de emprego é atingido, mas o de estabilidade de preços, não.

Pode acontecer também de o governo preferir o crescimento econômico em detrimento da distribuição igualitária de renda. Ou seja, preferir “crescer o bolo” antes de “reparti-lo”. Atingir um pode significar não atingir o outro. O inverso também pode acontecer: obter uma economia mais igualitária, ao custo do crescimento econômico.

Enfim, devido ao custo de oportunidade envolvido entre os objetivos da política macroeconômica (atingir um objetivo pode significar deixar de atingir outro), é que a política econômica do governo é bem complexa. É necessário fazer “malabarismos”, de forma a equilibrar os objetivos, sem deixar nenhum cair. Se algum deles cair, a economia, e as pessoas que a formam, será severamente penalizada. Afinal, crises econômicas não beneficiam ninguém.

Os quatro objetivos da política macroeconômica são: alto nível de emprego, estabilidade de preços, distribuição de renda, crescimento econômico. Existe custo de oportunidade (trade off) entre esses objetivos.

Fluxo Circular da Renda

Agora que já sabemos que a macroeconomia tem como foco a análise agregada da economia e que as Contas Nacionais fornecem importantes dados para essa análise, com o propósito de mensurar o desempenho da economia, podemos avançar no nosso estudo.

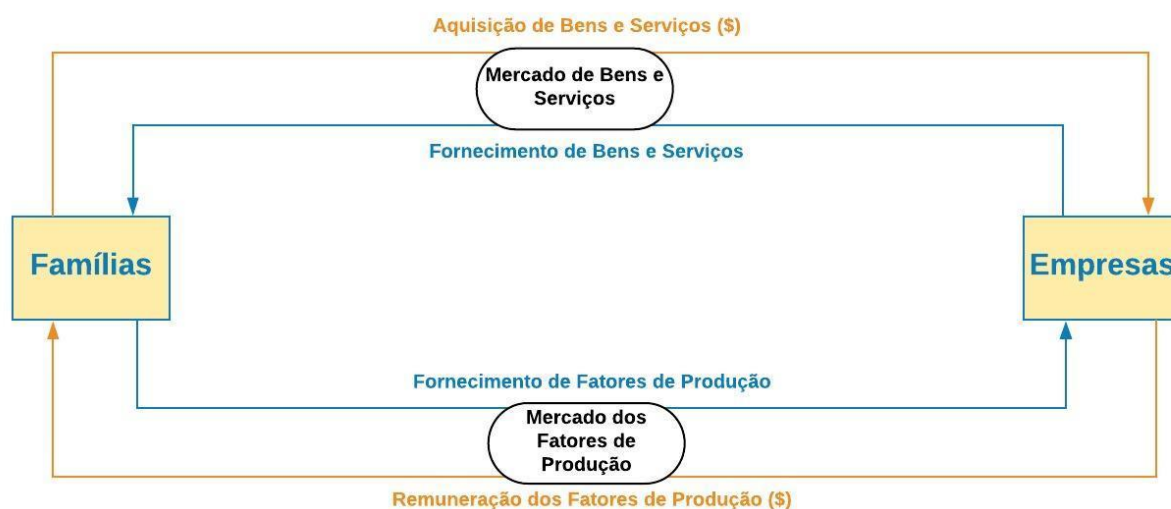
O sistema econômico envolve diferentes agentes (chamados de agentes econômicos) e atividades que se interligam. O propósito dessas atividades é produzir. A produção fará com que a empresa tenha bens/serviços para transacionar no mercado. No entanto, para produzir, a empresa precisará de fatores de produção, precisará de capital (máquinas/equipamentos) e também de mão de obra (os trabalhadores).

Para produzir, então, a empresa deverá pagar uma remuneração a um fator de produção. Se for o fator de produção Terra, a empresa pagará um aluguel. O aluguel, portanto, é a remuneração do fator de produção Terra. Se a empresa quiser usar o fator de produção capital, deverá pagar juros. Juros, então, são a remuneração do fator de produção capital. E se a empresa quiser usar o fator de produção trabalho, deverá pagar o salário, remuneração deste fator de capital. Ficou faltando a renda da própria empresa, os lucros, que serão obtidos quando a empresa conseguir vender sua produção no mercado.

Quando o trabalhador vender sua mão de obra para a empresa, ele receberá o salário. E esse salário (sua renda) será usado para comprar e consumir outros bens e serviços. Ou seja, com base na produção realizada pelo trabalhador, há uma troca: a empresa fica com a produção gerada e o trabalhador com a renda de seu salário.

Ou seja, com a venda de seu produto, a empresa receberá renda, mas deverá pagar o salário do trabalhador (renda do trabalhador). Já o trabalhador irá ofertar sua mão de obra e contribuir para a produção da empresa, mas em troca receberá a remuneração do seu fator de produção trabalho (salário).

Repare que o montante produzido deverá ser igual à renda gerada, pois, para produzir, a empresa precisa pagar a remuneração dos fatores de produção (juros, salários, aluguéis) e, quando vender sua produção, a empresa obterá renda própria, os lucros.

**Fluxo Circular da Renda: Economia Fechada e Sem Governo**Professores Jetro Coutinho
e Paulo Ferreira

Agora, na vida real, sabemos que não é bem assim, pois há um agente econômico importante além das empresas e das famílias: o governo. O que vimos até agora é o que aconteceria se tivéssemos uma economia sem governo.

Caso nós acrescentássemos o governo, teríamos uma outra configuração. Isto porque o governo também exerce um papel na economia.

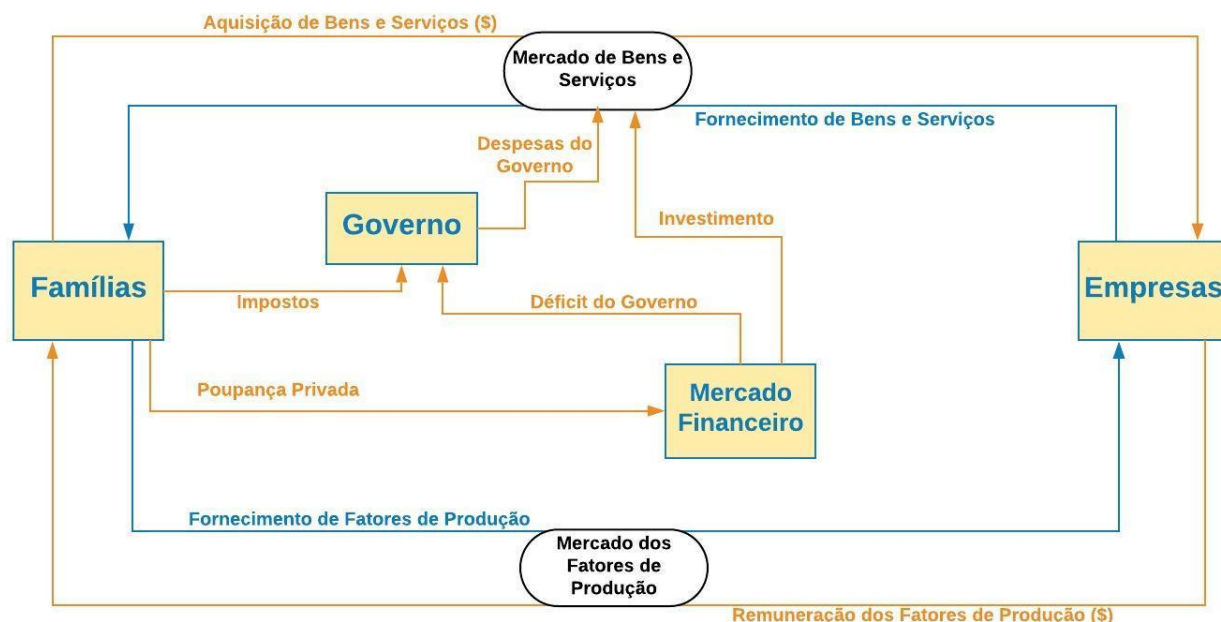
Por exemplo, as famílias, que recebem sua renda do trabalho, gastarão uma parte dela com o consumo de bens e serviços, ok, mas outra parte será gasta com o pagamento de impostos ao governo. Já o governo, por sua vez, também possuirá gastos (com servidores públicos, com computadores, com prédios, etc) e, para isso, também irá despende seus recursos no mercado de bens e serviços.

Se supusermos que as famílias também poupam uma parte de sua renda, elas farão isso por meio do mercado financeiro (comprando a ação de uma empresa, por exemplo). O mercado financeiro pegará as poupanças das famílias e investirá no mercado de bens e serviços para que as empresas possam produzir ainda mais, de forma a beneficiar toda a economia, gerando mais lucro para as empresas, mais renda para as famílias, mais impostos para o governo, mais poupança das famílias, mais investimentos, o que gera mais receita para as empresas e aí o ciclo virtuoso começa novamente.



Fluxo Circular da Renda: Economia Fechada e Com Governo

Professores Jetro Coutinho
e Paulo Ferreira



Mas podemos aproximar essa ideia ainda mais da realidade. O que vimos até agora é uma economia fechada e com governo. Mas nenhum país é isolado do mundo. Os países são abertos⁴, isto é, fazem transações com outros países (outros países aqui recebem o nome na Economia de “resto do mundo”⁵).

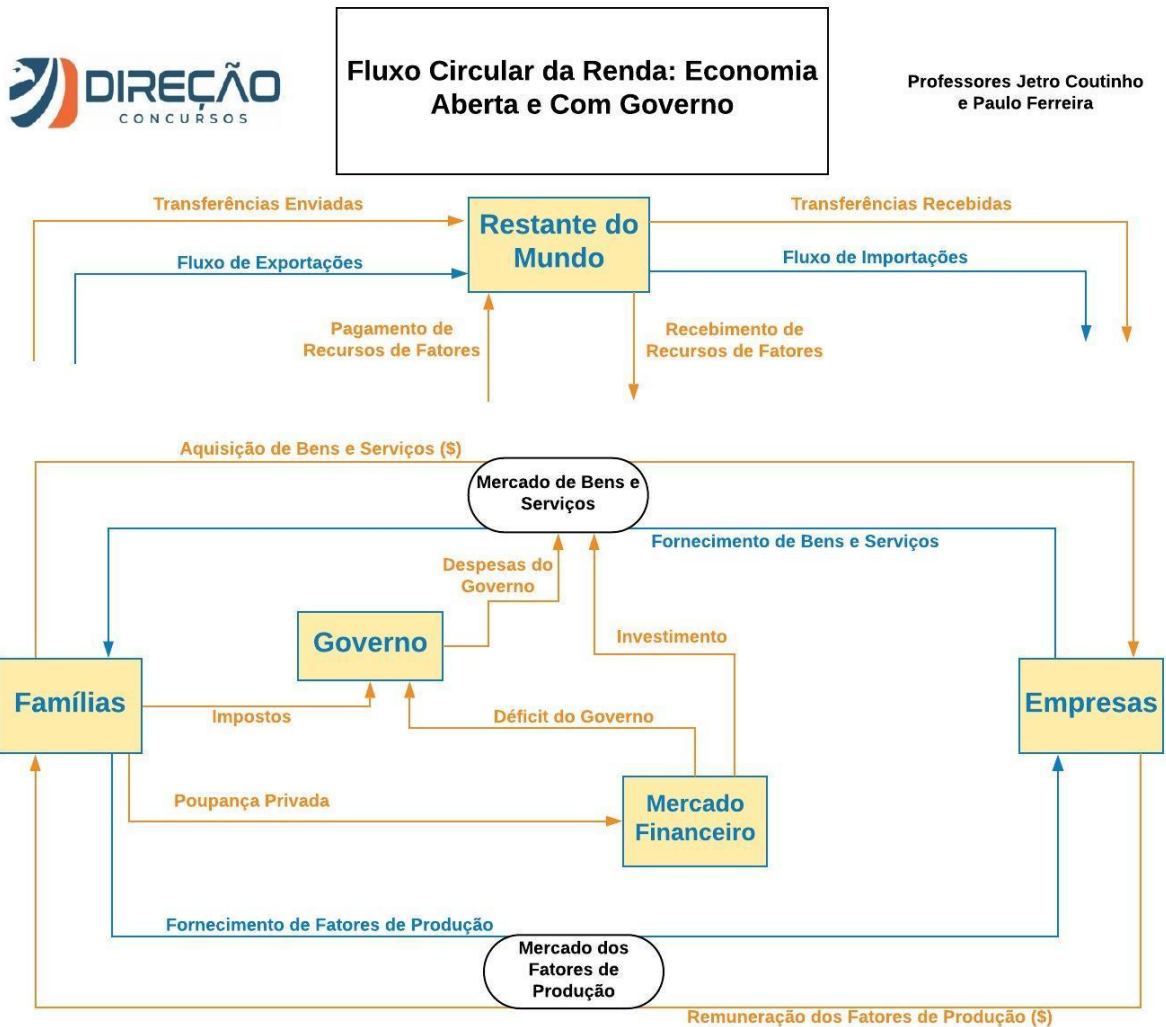
As empresas exportam parte de sua produção e importam máquinas, equipamentos, matérias-primas... As famílias também importam bens e serviços⁶ e empresas de outros lugares do mundo podem contratar trabalhadores aqui, transferindo a renda de seus países de origem para o Brasil, por exemplo. Além disso, caso um país esteja passando necessidade, pode-se enviar ajuda humanitária para esses países, na forma de doações (donativos).

Quando temos uma economia aberta e com governo, seu fluxo circular de renda ficaria assim:

⁴ Uns em maior grau, outros em menor grau.

⁵ Comédia, né? Mas é assim mesmo: se um país em questão fizer transações com outros países, dizemos que esse país fez transações com o resto do mundo.

⁶ O Kindle do Jetro é importado, por exemplo. Ficou mais barato importar do que comprar em uma loja aqui no Brasil.



A ideia do fluxo circular de renda é ver como os agentes econômicos (famílias, empresas, governo e resto do mundo) interagem entre si e verificar como a renda na economia “gira”.

Agora, vamos ver quais são as principais contas nacionais que contabilizam essas transações todas que ocorrem em uma economia. Antes disso, porém, precisamos aprender a identidade macroeconômica básica.

A identidade macroeconômica básica

Vimos que as Contas Nacionais servem para medir o desempenho da Economia. E isso é extremamente facilitado pela ideia do Fluxo Circular de Renda (FCR).

É que o FCR permite uma conclusão muito importante: a conclusão de que $\text{PRODUTO} = \text{RENDA} = \text{DESPESA}$.

“Oxi, de onde tu tirou isso, bicho véi?” Kkkkkkkkkkkkkkkk

Raciocine comigo: para produzir, a empresa necessitará de fatores de produção. Ela necessitará de Terra, Capital, Trabalho, etc. Só que para poder utilizar esses fatores de produção, ela precisará pagar por eles. Dizemos, economicamente, que a empresa deve remunerar os fatores de produção. Ou seja, pagar uma renda para cada fator de produção.

O fator de produção Capital gera juros. Se você tiver Capital (máquinas e equipamentos) pode emprestá-los para uma atividade produtiva e receber juros pelo empréstimo. Os juros são a renda do fator de produção capital.

O fator de produção Terra gera aluguel. Se você tiver um terreno ou um prédio, pode alugá-lo para uma empresa e receber o aluguel. O aluguel, portanto, é a renda do fator de produção terra.

O fator de produção Trabalho gera salários. Se você vender sua força de trabalho para uma empresa, receberá o salário, que é a renda do fator de produção trabalho.

Além desses fatores de produção, a empresa empregará o próprio fator dela, a chamada "capacidade empresarial". Esse fator de produção "capacidade empresarial" é o fator de produção que permite à empresa pegar todos os fatores de produção anteriores (Terra, Capital e Trabalho) e gerar uma renda própria ao vender a produção no mercado: os lucros. Ou seja, a empresa combina terra, capital e trabalho de forma a gerar lucros e, assim, expandir a produção. Pelo seu fator de produção capacidade empresarial (a capacidade de expandir a produção), a empresa será remunerada também, via lucros.

Portanto, se a renda do capital são os juros, a renda da terra é o aluguel e a renda do trabalho é o salário, a renda da capacidade empresarial são os lucros!

Ou seja, a atividade produtiva, por envolver fatores de produção, gera renda. Tudo o que for produzido deve virar renda.

Vamos supor que uma empresa venda computadores no mercado e tenha faturamento de R\$ 10.000,00. Esses R\$ 10.000,00 não vão ficar todos com a empresa, pois a empresa terá que remunerar os fatores de produção que ela utilizou para produzir os computadores.

Destes R\$ 10.000,00, por exemplo, ela pode pagar R\$ 6.000 de salário, R\$ 1.000 de aluguel, R\$ 2.500 para remunerar o dono das máquinas e equipamentos e somente os outros R\$ 500,00 ficam com ela. Perceba que o total do valor produzido (R\$ 10.000,00) é igual à renda gerada por ele (R\$ 10.000,00).

Total Produzido		Renda Gerada	
R\$ 10.000,00	Remuneração do capital	Juros	R\$ 2.500
	Remuneração do Trabalho	Salários	R\$ 6.000
	Remuneração da Terra	Aluguel	R\$ 1.000
	Remuneração da Capacidade empresarial	Lucros	R\$ 500,00
Total	R\$ 10.000,00	Total	R\$ 10.000,00

Repare que, no exemplo acima, o valor da produção é igual ao valor da renda gerada!

Por isso, podemos concluir que $\text{PRODUTO} = \text{RENDA}$.

Vamos, então, continuar nosso raciocínio.

Os trabalhadores que receberam R\$ 6.000 de salário não vão ficar com esse dinheiro parado, eles irão comprar bens e serviços. Eles precisam se alimentar, precisam de vestimentas, vão desfrutar de lazer e etc. Ou seja, essa renda gerada pelo trabalho será gasta, pois se converterá em uma **despesa**. Despesa esta realizada pelos trabalhadores com a renda do seu trabalho.

O proprietário das máquinas e equipamentos (o capital) também terá uma despesa. Ele pode pegar os juros recebidos e comprar (realizar uma despesa) mais máquinas e equipamentos para emprestar e receber ainda mais juros no futuro. Ou ele pode pegar essa renda dos juros e ir passar o final de semana com a família em algum lugar bacana.

O proprietário da terra receberá o aluguel e pode despendê-lo num outro terreno ou simplesmente pegar a renda gerada pelo aluguel e ir comprar o que quiser.

Por sua vez, a empresa pode usar os seus lucros para reinvestir na empresa (tendo, portanto, uma despesa) adquirindo mais capital, por exemplo, para pagar menos juros no futuro.

Ou seja, cada agente econômico usa sua renda para consumir bens e serviços e/ou adquirir novos fatores de produção. A utilização da renda para consumir bens/serviços (consumo) ou para adquirir fatores de produção (investir) é chamada de **despesa**⁷.

Vale ressaltar que o investimento aqui na Economia é o investimento com o intuito de aumentar a produção, o chamado "investimento produtivo". E o investimento produtivo constitui despesa juntamente com o consumo.

Como essa despesa só ocorre porque os agentes econômicos possuem renda, nós podemos dizer que o tamanho da renda dos agentes econômicos vai determinar o nível de despesa que eles terão. Ou seja, quanto maior a renda, maior a despesa e vice-versa. Isso ocorre porque $\text{RENDA} = \text{DESPESA}$.

Por fim, se $\text{PRODUTO} = \text{RENDA}$ e $\text{RENDA} = \text{DESPESA}$, podemos concluir que: $\text{PRODUTO} = \text{RENDA} = \text{DESPESA}$. Essa conclusão é chamada de identidade macroeconômica básica, pois ela revela uma igualdade (identidade) básica em três agregados macroeconômicos: Produto, Renda e Despesa.

$$\text{Produto} = \text{Renda} = \text{Despesa}$$

⁷ Repare que tanto o conceito de renda quanto o de despesa são muito diferentes dos utilizados na contabilidade. Ciências diferentes, conceitos diferentes.

Vamos entrar, agora, em cada um desses agregados macroeconômicos e ver como funcionam. Vamos começar de forma bem simples, supondo uma economia fechada e sem governo. Depois, vamos acrescentar o governo e, por fim, o resto do mundo.

Economia Fechada e sem governo

Produto Agregado (Oferta Agregada)

Produto Agregado é tudo que é produzido na Economia. Mas há uma definição mais técnica, que é a de Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo.

Ou seja, sempre que medimos o PIB, estamos medindo qual é o valor que aquele país gerou em bens e serviços finais. Se o PIB do país X é 1,5 trilhão de dólares e o PIB do país Y é 2 trilhões de dólares, isso significa que a produção do país Y possui maior valor monetário do que a produção do país X. Mas vamos destrinchar essa definição.

PIB é o total em valores monetários: ou seja, medimos o PIB não pela quantidade de bens e serviços finais produzidos, mas, sim, valores monetários, dinheiro. Não nos interessa saber se o país produziu 50 carros, mas sim qual o valor monetário desses 50 carros. Por que é assim? Porque é meio complicado agregar toda a produção em quantidades diferentes. Imagine só você contabilizar número de carros produzidos, toneladas de milho, peso do Boi-Gordo, barris de petróleo e mais todos os bens de uma Economia... Melhor fazer com que todos esses produtos tenham a mesma medida: o valor monetário.

PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos: Para produzir carros, é necessário aço, uma matéria-prima que será transformada durante a produção dos carros. Só que o PIB leva em consideração somente o valor do bem e serviço final. Neste exemplo, portanto, o valor do aço que é utilizado para construir o carro não é contado. Apenas é contado o valor final do carro (já com o aço incorporado). Se nós contássemos o valor do carro MAIS o valor do aço, teríamos dupla contagem (estariamos contando o valor do aço duas vezes), o que distorceria o valor do PIB. Por isso, o PIB só leva em consideração o valor dos bens e serviços finais, ou seja, dos produtos após todo o processo de transformação da produção.

PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país: O PIB é calculado dentro de um país, ou seja, dentro de suas fronteiras. Podemos dizer que o PIB leva em conta aspectos geográficos. O que é produzido fora do país não tem relevância para o PIB.

PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo: Geralmente, esse período de tempo é um ano. Então, o PIB de 2045 vai incluir somente os bens e serviços finais produzidos em 2045. Em 2046, nós contabilizaremos apenas os bens e serviços finais produzidos em 2046 e assim por diante. Por isso, bens e serviços usados **NÃO** impactam o PIB. Se você comprar um carro direto da concessionária, o carro contará para o PIB. Mas se depois de um tempo você revender esse seu carro usado, este carro não contará para o cálculo do PIB. Uma outra coisa: para o cômputo das Contas Nacionais, só interessa quando um bem foi PRODUZIDO, não quando ele foi vendido. Ou seja, se foi produzido um bem no ano de 2045, o bem produzido contará no Produto do ano de 2045, mesmo que este bem só seja vendido em 2046. **Interessa o ano da produção, NÃO o**

ano da comercialização do bem. Bom, mas como o PIB tem esse período de tempo, dizemos que ele é uma variável de fluxo.

Estoques e fluxos

Um estoque representa uma mensuração em determinado instante no tempo, ao passo que um fluxo significa uma mensuração durante determinado período de tempo.

A principal diferença é esta mesmo. Um estoque é mensurado apenas numa determinada data, num instante. Já um fluxo é mensurado ao longo de um período.

Quando você passar num concurso, o salário que você receberá será uma variável “fluxo” (um fluxo de renda mensal); já a quantidade de dinheiro que você terá investida em uma corretora será uma variável “estoque” (estoque de dinheiro).

Uma variável estoque é como se fosse uma “foto”: um momento congelado no tempo. É estático.

Já as variáveis fluxo são como um “filme”: representam as movimentações ocorridas em vários períodos de tempo. É dinâmico.

O PIB é uma variável fluxo e, portanto, vai representar a produção ocorrida em um período de tempo. A dívida do Brasil seria uma variável estoque, porque a dívida é medida em um instante no tempo (a dívida *hoje* é X, etc.).

Vamos a um outro exemplo. Imagine que você ganha 5.000 reais por mês, mas gasta 10.000 mensalmente. No primeiro mês, você fica negativo em 5.000. No final do ano, você está devendo 60.000. Depois de três anos do mesmo jeito, sua dívida já subiu para 180.000. Ai, você descobre que um parente faleceu e te deixou uma herança. Algo em torno de 200.000. Você paga suas dívidas, fica 20.000 positivo, mas continua gastando mais do que ganha. Contado mais um ano, você estará negativo em 40.000. Depois de mais três anos, você estará devendo 220.000 (40+180).

Neste exemplo, você tem um problema claro no fluxo, pois você está gastando mais do que ganha (fluxo de entrada e saída). Mesmo que receba uma renda extra de herança (variável estoque, que ocorre em um instante no tempo), isso não vai resolver seu problema enquanto o problema de fluxo não for resolvido. Se você tiver um problema em uma variável fluxo, não é uma variável estoque que vai resolver, ok?

Bom, agora que já sabemos o que é o produto, podemos verificar duas formas de como mensurá-lo. Vimos que o PIB é o valor total dos bens e serviços finais de um país em determinado período no tempo.

Temos duas formas de medir o PIB. A mais usual é:

$$\text{Produto Agregado} = \sum_{i=1}^n P_i Q_i$$

Ou seja, o PIB será o somatório dos bens e serviços finais, onde P é o preço médio do produto i, Q é a quantidade do bem ou serviço final produzida. $P_i Q_i$ é o valor final do bem/serviço.

Imagine uma economia com dois bens: *tablets* e celulares. Foram produzidos 50 tablets ao preço de R\$ 2.000,00 cada um e 30 celulares ao preço de R\$ 1500,00. Vamos considerar que os tablets são o bem 1 e os celulares o bem 2. Nesta situação, o PIB seria:

$$\text{Produto} = \sum_{i=1}^2 P_i Q_i = P_1 Q_1 + P_2 Q_2 = (2.000) \cdot (50) + (1500) \cdot (30) = 100.000 + 45.000 = 145.000,00$$

Portanto, ao produzir 50 *tablets* ao preço de R\$ 2.000,00 cada um e 30 celulares ao preço de R\$ 1500,00, o PIB deste país seria de R\$ 145.000.

Uma outra forma de calcular o PIB seria segundo o valor adicionado. Ou seja, em cada etapa produtivo é adicionado mais valor aos bens intermediários. O valor final do produto será a soma dos valores adicionados em cada etapa.

Vamos pensar em uma outra economia que só produz *tablets*, imaginando que *tablets* precisam de metais e circuitos elétricos. Para produzir 1 (um) *tablet*, teríamos:

Produto	Valor Bruto do Produto (VBP)	Consumo Intermediário (CI)	Valor Adicionado (VBP – CI)
Metal	R\$ 1000,00	0	R\$ 1000,00
Circuito elétrico	R\$ 1500,00	R\$ 1000,00	R\$ 500,00
Tablet	R\$ 2000,00	R\$ 1500,00	R\$ 500,00
		Total	R\$ 2000,00

Para produzir 1 *tablet*, são necessários dois insumos: metal e circuito elétrico. Para produzir, o valor do metal é R\$ 1.000,00. E isso soma R\$ 1.000,00 no valor adicionado. Mas só o metal não adianta. Precisamos acrescentar o circuito elétrico, que vai fazer com que o valor bruto do produto suba para R\$ 1500,00. Neste caso, foram adicionados R\$ 500,00 de valor (os 1500 atuais menos os 1000 que já tínhamos do metal). Por fim, com metais e circuitos elétricos, conseguimos finalmente produzir o *tablet* propriamente dito por R\$ 2000,00, acrescentando mais R\$ 500,00 de valor adicionado.

Repare que se você somar apenas o Valor Bruto do Produto (VBP) vai chegar ao montante de R\$ 4500. Mas este não pode ser o nosso PIB, pois o PIB apenas leva em consideração o valor dos bens e serviços finais. Ao contarmos o valor dos bens intermediários (metal e circuito) caímos naquele problema da dupla contagem, pois estamos contando estes bens duas vezes.

Por isso é que contamos apenas o valor adicionado (VA), ou seja, o valor acrescido após cada etapa de produção. Este valor é obtido pegando o VBP e subtraindo o Consumo Intermediário. Portanto, $VA = VBP - CI$.

O PIB, por sua vez, será o somatório dos valores adicionais em cada produto. Por exemplo, a soma dos valores adicionais dos *tablets*, mais a soma dos valores adicionados dos celulares, mais a soma dos valores adicionados dos carros e assim sucessivamente. Portanto:

$$Produto\ Agregado = \sum_{i=1}^n VA_i$$

Portanto, o PIB:

- É o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo
- É uma variável fluxo.
- Pode ser medido de duas formas: pelo somatório do valor monetário dos bens e serviços finais ($Produto = \sum_{i=1}^n P_i Q_i$) ou pelo valor adicionado em cada etapa de produção ($Produto = \sum_{i=1}^n VA_i$).
- Tudo o que é produzido é ofertado no mercado, o que nos permite concluir que o produto agregado constitui a Oferta Agregada de uma Economia.

Renda Agregada

Vimos anteriormente que para produzir, é necessária a utilização de fatores de produção. Cada fator de produção gera uma renda específica. Portanto:

Fator de Produção	Renda	Sigla
Capital	Juros	j
Trabalho (Mão de Obra)	Salário	s
Terra	Aluguel	a
Capacidade Empresarial	Lucros	l

A Renda total (agregada) obtida será a renda gerada por cada um dos fatores de produção. Podemos dizer, então, que a Renda Agregada (Y) será a soma dos Juros (j), Salários (s), Aluguéis (a) e Lucros (l) pagos/obtidos em uma Economia.

Assim:

$$Y = j + a + l + s$$

Despesa Agregada (Demanda Agregada)

De posse da renda, os agentes econômicos irão ao mercado consumir bens e serviços ou vão investir essa renda para adquirirem mais fatores de produção. Portanto, a renda da Economia ou virará despesa de Consumo (C) ou despesa de Investimento (I). Assim, chegamos ao conceito de Despesa Agregada (também chamada de Demanda Agregada⁸):

$$Demanda Agregada = C + I$$

⁸ Pois expressa todo o desejo de consumir (= demanda) os bens e serviços ofertados no mercado.

Vale ressaltar mais uma vez que o investimento aqui é destinado a aumentar a capacidade produtiva da Economia para que, no futuro, as empresas possam produzir ainda mais. O investimento na Economia não tem a ver com compra e venda de ativos financeiros, mas sim com o aumento do estoque de capital (a quantidade de capital disponível), como a construção de uma nova fábrica, a compra de novas máquinas e equipamentos, etc.

Dando uma olhada no investimento

Já sabemos que o investimento é voltado para aumentar a capacidade produtiva da Economia. Ele, por sua vez, é dividido entre duas partes: a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e a Variação de estoques (ΔE).

A Formação Bruta de Capital Fixo é o montante de recursos que foi destinado a aumentar a capacidade produtiva do país, envolve, por exemplo, máquinas, equipamentos e a construção civil. Os recursos da FBCF expandem a capacidade produtiva da economia.

Já a variação de estoques representa a entrada e saída dos estoques das empresas. Se, durante um ano, o estoque aumentou, significa que foram produzidos mais bens, apesar de que não foram vendidos ainda.

Portanto,

$$I = FBCF + \Delta E$$

Poupança

Além de Produto, Renda e Despesa, um outro conceito importante é a poupança. A poupança (S)⁹ será a renda não consumida, ou seja, $S_p = Y - C$. Podemos isolar a renda nesta expressão e chegar à seguinte fórmula $Y = S_p + C$. Ou seja, a renda (Y) será o montante total poupado (S_p) mais o montante consumido (C).

Só que, como a Renda é poupança mais consumo e Renda também igual a demanda agregada ($Renda = DA = C + I$), podemos chegar a uma conclusão interessante:

$$DA = C + I$$

$$Y = S_p + C$$

Pela identidade macroeconômica básica, Despesa = Renda, portanto, $DA = Y$ (Demanda Agregada é igual à Renda), temos:

$$DA = Y$$

$$C + I = S + C, \text{ assim:}$$

⁹ Do inglês, "savings". S_p será a poupança privada.

$$I = Sp$$

Ou seja, Investimento é igual à poupança privada. Isso significa que todos os recursos poupados pelos agentes econômicos se transformarão em investimentos, para aumentar a capacidade produtiva da Economia e fazê-la crescer.

Economia Fechada e com governo

A partir de agora, vamos acrescentar o Governo na jogada. O acréscimo do Governo vai gerar impactos relevantes nas expressões que vimos aqui hoje. Produto, Renda, Despesa, Investimento e Poupança serão impactados.

Isto acontece porque o governo não produz nada, mas toma uma parte da produção e renda dos agentes econômicos. Uma parte da renda das famílias deixará de ser destinada ao consumo e à poupança e passará a ser destinada ao governo, via tributos. Estes tributos serão a renda do governo, mesmo o governo não detendo nenhum dos fatores de produção.

Com base nessa renda obtida, o governo atuará por meio de políticas públicas de transferência de renda (como o Bolsa Família, que aumenta a renda das famílias) ou dando subsídios (incentivos financeiros) para a produção.

E, por causa disso, teremos muitas mudanças.

Antes de adentrarmos nas mudanças propriamente ditas, precisamos entender o que é o "Governo".

Nas Contas Nacionais, o governo inclui as três esferas da administração pública: o governo federal, estadual e municipal. Entram neste conceito a Administração Direta, as autarquias e fundações e as empresas estatais dependentes (aquelas empresas do Governo que recebem recursos do Orçamento Público para pagar pessoal, por exemplo).

O conceito de Governo aqui, exclui, portanto, as empresas estatais do setor financeiro (como o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal) e também exclui as empresas estatais não dependentes (como a Petrobrás e a Eletrobrás). Estas empresas do governo (do setor financeiro e não dependentes) entram para o cálculo como se fossem uma empresa privada mesmo, dada a similaridade de suas atividades e atuação.

Para as Contas Nacionais, portanto, fazem parte do Governo: a Administração Direta, autarquias, fundações e empresas estatais dependentes. Não fazem parte do Governo: as empresas estatais do setor financeiro e as empresas estatais não dependentes.

Com o Governo na jogada, nós teremos o acréscimo das seguintes variáveis:

- **Impostos Diretos:** São os impostos cobrados sobre o patrimônio ou a renda do indivíduo. Se você tem um carro (patrimônio) tem que pagar o Imposto sobre Veículos Automotores (IPVA). Portanto, o IPVA é um imposto direto. Da mesma forma, quando você auferir renda, precisa pagar o Imposto de Renda. O IPTU (Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana) também é um exemplo de imposto direto.
- **Impostos Indiretos:** São os impostos que recaem sobre as transações econômicas como venda, consumo e produção. Os exemplos principais são o Imposto Sobre Serviços (ISS), que você paga sempre que prestar um serviço para alguém, e o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

- **Contribuições Sociais:** São tributos que são cobrados para uma atividade específica, como a contribuição previdenciária (para o INSS, por exemplo) em que o governo é obrigado a aplicar esses recursos na seguridade social.
- **Taxas:** Por meio deste tipo de tributo, o governo presta serviços (ou pelo menos disponibiliza o serviço) para a população, mas cobra o pagamento (taxa) por ele. É o caso das Taxas de Água e Luz, que são serviços prestados pelo Estado, mas pagos pelo cidadão.
- **Outras receitas do governo:** Entrarão aqui outras receitas que não venham do pagamento de tributos (Impostos, Contribuições Sociais e Taxas). A Indústria de Material Bélico do Brasil é uma empresa estatal dependente que fabrica armas. Sempre que o governo vender armas via Imbel, ele auferirá uma receita que não é de tributos, pois esta receita é obtida pela comercialização de armas no mercado. Esta receita entra aqui.
- **Transferências:** A partir daqui, já estamos considerando os gastos do governo. As transferências são os pagamentos feitos pelo governo que não precisarão de contrapartida em serviços. Por exemplo, um aposentado não trabalha mais e, quando recebe sua aposentadoria do governo, não precisa dar a contrapartida (não precisa voltar a trabalhar, apenas recebe o dinheiro). O pagamento de aposentadoria, portanto, é um tipo de transferência. Políticas públicas de transferência de renda como o Bolsa Família, o pagamento de pensões e as doações entram. Se o governo pegar um empréstimo (fizer uma dívida), o juro que o governo pagará para o empréstador de dinheiro também entra aqui.
- **Subsídios:** Subsídios são um auxílio financeiro do governo para incentivar as empresas e produzir um determinado produto em benefício da coletividade ou para tentar baixar o preço nesse produto no mercado. Durante a greve dos caminhoneiros em 2018, por exemplo, o governo topou dar um subsídio (= dinheiro) à Petrobrás, para que esta baixasse o preço do Diesel. O subsídio pode ser concedido de duas formas: ou o governo dá o dinheiro ou desconta os impostos sobre a empresa (chamada de renúncia fiscal¹⁰).

Vamos ver, então, como essas coisas todas impactam no Produto, Renda, Despesa, Investimento e Poupança.

Produto: Impacto do Governo

Nós vimos anteriormente, quando a Economia era sem Governo, que, para produzir as empresas tinham de pagar pela remuneração dos fatores de produção (a empresa paga salários pelo fator de produção trabalho e etc). Isso significa que para produzir as empresas têm um custo. Este custo é justamente o custo dos fatores de produção, ou seja, o custo que as empresas têm para utilizar os fatores de produção. Portanto, o produto

¹⁰ Pois o governo renuncia a uma receita que tem direito. Com essa renúncia, o governo deixa de arrecadar e de gastar o dinheiro em outras atividades essenciais. Já a empresa, tendo que pagar menos tributos, reduz os seus custos e, em teoria, pode abaixar os preços. Aqui no Brasil, a discussão sobre a efetividade da renúncia fiscal é muito grande, visto que somente o Governo Federal abre mão de cerca de R\$ 300 bilhões de reais todo ano via renúncia de receitas, mas ainda não há uma avaliação criteriosa do real impacto que essa medida gera; nem se ela é realmente necessária para as empresas destinatárias, nem se a sociedade efetivamente está obtendo benefícios com isso.

era calculado pelo custo de produzir. Se para produzir 50 toneladas de minério o custo é de R\$ 100 milhões, então a produção vale R\$ 100 milhões.

Este conceito é denominado PIB a custo dos fatores (PIBcf), pois expressa a produção em virtude dos custos que temos para obtê-la. Ou seja, expressa a produção pelo custo dos fatores de produção envolvidos nela (o quanto que custa para o fator de produção ser envolvido na produção).

Quando colocamos o governo na jogada, temos uma questão a mais a considerar. Isto porque o governo cobrará os impostos indiretos sobre a produção realizada. Este imposto fará com que o valor dos bens e serviços finais seja aumentado (afinal, agora os consumidores terão que pagar imposto sobre a mercadoria). Neste caso, o preço de mercado desse bem/serviço será maior do que o custo de produzir. Por exemplo, um computador custa R\$ 1.000 para produzir, mas agora, com o imposto, o computador custará R\$ 1200. Novamente: na presença de impostos, o preço de mercado será maior que o custo dos fatores de produção.

Uma outra forma que o governo pode impactar o preço de um bem/serviço é via subsídios. Neste caso, o governo vai bancar (via pagamento ou renúncia fiscal) a empresa, permitindo que esta cobre um preço abaixo do custo de produção (pois parte do custo de produção é bancado pelo governo). Na presença de subsídios, o preço de mercado será menor que o custo dos fatores de produção.

Portanto, chegamos a um outro conceito: o PIB a preços de mercado (PIBpm). Este conceito considera como a atuação do governo (via impostos indiretos e subsídios) impacta a produção.

$$PIBpm = PIBcf + Impostos Indiretos - Subsídios$$

O PIBcf é o que custa para produzir. Os Impostos Indiretos aumentam o preço de mercado dos bens, fazendo com que o PIBpm aumente. Já os subsídios diminuem o preço de mercado dos bens, fazendo com que o PIBpm diminua.

O PIBpm também é chamado de PIB ao consumidor final, justamente porque é o consumidor final que arcará com os aumentos/diminuições dos preços causados pela intervenção do governo na produção.

Renda: Impacto do Governo

Para produzir, são necessários fatores de produção (terra, capital, trabalho e capacidade empresarial). Mas, por meio dos tributos, o governo auferir renda mesmo sem possuir fatores de produção. Essa característica fará com que a Renda da Economia também seja alterada.

Antes, nós tínhamos que a renda era a soma dos lucros (l), aluguéis (a), salários (s) e juros (j) pagos pelas empresas e recebidos pelos detentores dos fatores de produção. Agora, temos que acrescentar a renda do governo (t).

Em uma Economia fechada e sem governo, tínhamos:

$$Y = j + a + l + s$$

Na presença do Governo:

$$Y = j + a + l + s + t$$

Sendo que o "t" é justamente a receita do Governo. O t é, portanto, tudo o que o governo recebe de renda.

Um outro conceito bastante utilizado em contas nacionais é a Receita Líquida do Governo (ou Carga Tributária Líquida). É um outro conceito, no qual consideramos tudo o que o governo recebe de renda **MENOS o que ele transfere ou subsidia**. Ou seja, é aquilo que sobra da receita para o governo depois de descontadas as transferências que ele faz e os subsídios que concede. A receita líquida do Governo tem a seguinte fórmula:

$$RLG = \text{Impostos Diretos (ID)} + \text{Impostos Indiretos (II)} + \text{Contribuições Sociais (CS)} + \text{Taxas (tx)} + \text{Outras Receitas do Governo (ORG)} - \text{Transferências (Transf.} - \text{Subsídios (Sub).}$$

Ou seja:

$$RLG = ID + II + CS + Tx + ORG - Trans. - Sub.$$

Agora um último conceito importante, no qual você precisa prestar atenção, pois é contra intuitivo em um primeiro momento.

Nós vimos que PRODUTO = RENDA. E acabamos de ver no tópico passado que $PIB_{pm} = PIB_{cf} + \text{Impostos Indiretos} - \text{Subsídios}$. Como produto igual a renda, o mais comum seria com que nós fizéssemos $PIB_{pm} = \text{Renda}$. Neste caso, teríamos $PIB_{pm} = RIB$ (Renda Interna Bruta).

Só que a expressão acima não é verdadeira. É que o PIB_{pm} não considera toda a renda do governo, mas apenas parte dela (só os impostos indiretos) e ainda desconta os subsídios. Para verificarmos qual é a renda gerada pela Economia, teríamos que tirar essa distorção (impostos diretos e subsídios).

Essa distorção é causada porque a renda do governo é retirada dos outros agentes econômicos. Em uma economia sem governo, a renda de uma família era, por exemplo, R\$ 5000,00. Com o Governo, a renda da família ficou R\$ 4.400,00, pois os R\$ 600,00 agora devem ser pagos ao governo por meio dos impostos. Aí, a renda da família agora é menor (4400) e a renda do governo é 600. Mas, no total, temos os mesmos 5000 de antes.

Repare que a presença do governo não aumenta a renda agregada, ele apenas diminui a renda dos outros agentes. Ou seja, o governo não "aumenta o bolo". Ele apenas faz com que os outros agentes diminuam suas fatias de bolo, para que o governo fique com um pedaço também.

Portanto, a expressão $RIB = PIB_{pm}$ não pode ser feita. Como o Governo não aumenta a renda na economia, nós temos que tirar os II e os Sub da expressão. Portanto:

$$RIB = PIB_{pm} - II + Sub.$$

Ou seja:

$$RIB = PIB_{cf}$$

Portanto, a Renda Interna Bruta (RIB) será igual ao PIB a custo dos fatores¹¹.

A Renda Interna Bruta é igual ao PIB a custo dos fatores.

Despesa Agregada: impacto do Governo

Antes do Governo, a Despesa era a soma de Consumo e Investimento ($DA = C + I$). Só que o Governo também irá consumir (pois também precisará ir ao mercado de bens e serviços comprar bens – computadores, material de escritório, etc) e também irá investir (irá fazer obras, por exemplo).

O consumo do Governo (os gastos que o governo tem para se manter) é representado pela letra G ¹². Já os Investimentos do Governo¹³ não tem uma letra específica, pois eles ficam somados ao I .

Portanto, a demanda agregada, agora, será:

$$DA = C + I + G$$

Ou seja, Demanda Agregada é igual ao Consumo, ao Investimento e aos Gastos do governo (consumo do governo).

Único detalhe é que o Investimento, agora, também conta o Investimento do Governo. Ou seja, o Investimento é formado pelo Investimento Privado (I_p) + o Investimento do Governo (I_g). Assim: $I = I_p + I_g$.

Como $I = FBCF + \Delta E$, podemos chegar à expressão: $FBCF + \Delta E = I_p + I_g$

Poupança: Impacto do Governo

Antes do Governo, a poupança era a renda não consumida ($S_p = Y - C$). Só que agora, temos que acrescentar o governo na história.

Além dos agentes econômicos, o governo também será sua poupança. Essa poupança será a diferença entre tudo o que o governo recebe (a RLG) e tudo o que o governo gasta (G). Portanto, a poupança do governo (S_g) será a diferença entre a RLG e o G . Assim: $S_g = RLG - G$

Além disso, a renda agregada, de toda a economia, ou será destinada ao consumo (C), ou será poupada (S) ou será entregue ao governo por meio dos tributos. Pode acontecer também de uma família receber renda via transferência do governo, por exemplo, então, vamos usar o conceito de RLG aqui.

Em outras palavras, a renda agregada (Y) ou será consumida, ou será poupada ou será enviada ao governo. Então, a Renda será:

¹¹ Lembre que $PIB_{pm} = PIC_{cf} + II - Sub$. Se nós passarmos II e Sub para o outro lado, teremos: $PIB_{cf} = PIB_{pm} - II = Sub$.

¹² Se você já estudou Administração Financeira e Orçamentária (Orçamento Público) alguma vez na vida, o G são as despesas correntes do governo!!

¹³ As despesas de capital.

$$Y = C + Sp + RLG$$

Como a Renda é igual a Demanda Agregada, teremos:

$$Y = C + Sp + RLG$$

$$DA = C + I + G$$

Fazendo $Y = DA$:

$$C + Sp + RLG = C + I + G$$

Já podemos cortar o C , então:

$$Sp + RLG = I + G$$

Isolando o Investimento:

$$Sp + RLG - G = I$$

Só que $RLG - G$ é a poupança do governo (Sg). Substituindo:

$$Sp + Sg = I$$

Ou seja, a poupança privada (Sp) mais a poupança do governo (Sg) é igual ao Investimento. Temos, novamente a igualdade entre poupança e investimento¹⁴.

Economia Aberta e com Governo

Agora que já acrescentamos o governo e sabemos como a presença do governo impacta nas contas nacionais, poderemos acrescentar o último agente econômico: o resto do mundo.

Todo país faz transações com outros países (em maior ou menor grau). Estas transações também precisam ser registradas via Contas Nacionais.

Ao colocarmos o resto do mundo na parada, acrescentaremos apenas 3 variáveis:

1. **Exportações (X):** São os bens e serviços produzidos pelo país, mas vendidos ao exterior.
2. **Importações (M):** São os bens e serviços que um país compra do exterior.
Quando fazemos Exportações menos Importações ($X - M$) chegamos ao conceito de exportações líquidas (ou seja, as exportações diminuídas das importações).
3. **Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE):** Pode acontecer de um país utilizar fatores de produção do exterior. Neste caso, o país que utilizar os fatores de produção, deve pagar por eles, enviando renda ao exterior. Esta renda é chamada de Renda Enviada ao Exterior (REE). Se um país receber renda de outros países porque estes estão utilizando seus fatores de produção, este país terá Renda Recebida do Exterior (RRE). Se um país mais envia renda do que recebe,

¹⁴ Por isso é que é importante que o Governo não tenha dívidas (gere poupança). Um governo com endividamento bem baixo consegue investir mais, ajudando a Economia a expandir sua capacidade produtiva. No Brasil, o governo é muito endividado, o que dificulta a formação de poupança e, portanto, do investimento governamental.

então ele possui uma Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE), pois mais envia renda a outros países do que recebe. Por outro lado, se o país mais recebe renda do que envia ao exterior, ele terá a Renda Líquida Recebida do Exterior (RLRE).

Aqui, é só uma questão de para onde vai a renda: Se vai para fora, é enviada. Se entra no país, é recebida. **Se a RLEE for negativa, isso significa que, na verdade, a renda foi recebida do exterior.**

Bom, agora vamos ver como o resto mundo impacta no nosso estudo.

Produto e Renda: Impacto do resto do mundo

Vimos que o PIB leva em consideração aspectos geográficos, ou seja, só considera a produção gerada dentro das fronteiras de um país. Só que, quando colocamos o resto do mundo na jogada, pode acontecer um fenômeno interessante: a produção ocorrer fora do país.

A Petrobrás por exemplo, explora petróleo e gás aqui no Brasil. Mas ela também explora o gás na Bolívia. Ou seja, temos uma empresa brasileira (Petrobrás) aumentando sua produção em outro país (Bolívia). De forma parecida, a Volkswagen é uma empresa alemã, mas produz aqui no Brasil.

Por isso, temos que expandir o nosso conceito de Produção, pois os países não produzem apenas dentro de suas fronteiras, mas também produzem fora delas.

Para expressar essa ideia, foi criado o conceito de Produto Nacional Bruto, que é o produto gerado pelos países dentro e fora de suas fronteiras.

O PIB é o Produto Interno Bruto, pois só considera a produção gerada internamente (dentro das fronteiras do país). Já o PNB é o Produto **Nacional** Bruto, que considera toda a produção gerada pela **nação como um todo** (independentemente de estar dentro do país ou não).

O principal critério para diferenciarmos entre PIB e PNB é justamente a Renda Líquida Enviada ao Exterior (RLEE). Se um país envia renda ao exterior (RLEE), isso significa que ele produz muito internamente (dentro das fronteiras), mas parte da renda gerada vai para o exterior. Isso quer dizer que empresas de outros países vem produzir aqui, mas levam uma parte da renda (pois parte da renda é enviada ao exterior). Portanto, PIB é maior que o PNB.

$$PIB = PNB + RLEE$$

Se ocorrer o contrário, ou seja, se o país receber renda do exterior (pois tem várias empresas operando no exterior e essas empresas mandam renda para cá), teremos PNB maior do que PIB.

$$PIB = PNB - RLEE$$

Lembre que RLEE positiva significa que a Renda Líquida foi enviada ao exterior (saiu dinheiro do país). Já a RLEE negativa significa que a Renda Líquida foi recebida do exterior (entrou dinheiro no país).

Por fim, vale lembrar que como Produto = Renda, e da mesma forma como PIBcf = RIB, o Produto Nacional Bruto a custo dos fatores é igual à Renda Nacional Bruta. Ou seja, PNBcf = RNB.

A Renda Nacional Bruta é igual ao PNB a custo dos fatores.

Despesa Agregada: Impacto do Resto do Mundo

Bom, antes do governo, os agentes econômicos podiam gastar sua renda consumindo ou investindo. Com o acréscimo do governo, passamos a considerar o consumo do governo (G) e também os investimentos do governo (que entram no Investimento). Agora, com o resto do mundo, a renda também pode ser gasta com exportações (X) ou importações (M).

Portanto, teremos:

$$DA = C + I + G + (X - M)$$

Poupança: Impacto do resto do mundo

Assim como os outros agentes econômicos, o resto do mundo também terá a sua poupança, chamada de Poupança Externa (Sext). O que vai influenciar essa poupança externa é justamente as exportações, mas importações a RLEE.

Se um país exporta, isso significa que ele vende mercadorias e recebe dinheiro. Se ele recebe dinheiro, é porque o resto do mundo está gastando e, portanto, tendo menos poupança. Temos uma relação inversa entre exportações e poupança externa. Quando um sobe o outro cai e vice-versa.

Já quando um país importa, ele recebe a mercadoria e manda o dinheiro para o exterior. Como o exterior recebe o dinheiro, isso aumenta a poupança externa. Temos uma relação direta entre importação e poupança externa. Quando um sobe, o outro sobe também. Quando um cai, o outro cai também.

Por último, teremos a nossa RLEE, que será enviada ou recebida dependendo se o país utiliza fatores de produção do exterior ou se seus fatores de produção são utilizados pelo exterior. Quando um país envia renda ao exterior, significa que o exterior recebe essa renda e, portanto, o exterior faz poupança. Assim, temos uma relação direta entre RLEE e Poupança Externa. Quando um sobe o outro sobe.

Resumindo tudo, a fórmula da poupança externa será:

$$Sext = M - X + RLEE$$

Repare, pela fórmula, que quando M ou RLEE aumentam, a Sext aumenta (pois há renda enviada ao exterior). Já quando a Exportação aumenta, ocorre diminuição na poupança externa.

Bom, toda a renda agregada da Economia (Y) pode ser, então, consumida (C), Poupada (Sp), dada ao Governo (RLG) ou enviada ao exterior (RLEE).

Como $Y = DA$, teremos

$$C + Sp + RLG + RLEE = C + I + G + X - M$$

Cortando o Consumo:

$$Sp + RLG + RLEE = I + G + X - M$$

Passando o G para o outro lado:

$$Sp + (RLG - G) + RLEE = I + X - M$$

Como $RLG - G$ é a poupança do governo (Sg):

$$Sp + Sg + RLEE = I + X - M$$

Isolando o Investimento:

$$Sp + Sg + Rlee - X + M = I$$

Como $Sext = X - M + RLEE$, teremos:

$$Sp + Sg + Sext = I$$

Ou seja, a soma da poupança privada, mais a poupança do governo, mais a poupança externa é igual ao investimento. Novamente, temos a igualdade entre Poupança e Investimento.

Podemos chamar a poupança privada, a poupança do governo e de resto do mundo de poupança total. Portanto:

$$S = Sp + Sg + Sext$$

Como poupança é igual ao investimento:

$$I = S$$

$$Ip + Ig = Sp + Sg + Sext$$

Conceitos Adicionais

Além dos conceitos que vimos até aqui, podemos também ter mais alguns outros.

Renda Nacional Disponível (RND) é a renda que está disponível para os agentes econômicos, ela será a Renda Nacional Bruta somada com as transferências que o governo faz para os agentes econômicos.

$$RND = RNB + Transf.$$

Já Renda Pessoal (RP) é um conceito que expressa aquilo que as empresas realmente recebem. Pegamos a Renda Nacional Disponível, diminuimos os lucros retidos das empresas (pois se foi retido, não está disponível para as empresas), tiramos os impostos diretos sobre as empresas e outras receitas do governo.

$$RP = RND - \text{lucros retidos pelas empresas} - \text{ID sobre as empresas} - \text{ORG}$$

Por fim, a Renda Pessoal Disponível (RPD) será a RPD menos os impostos diretos das famílias (pois o das empresas já foi retirado na RP).

$$RPD = RP - \text{impostos diretos sobre as famílias.}$$

A RPD é o que realmente está disponível para as famílias.

Bruto x Líquido

A essa altura, você já está cansado de saber que para produzir são necessários fatores de produção. Só que esses fatores de produção vão perdendo sua capacidade de produzir ao longo do tempo.

Pense por exemplo no capital, as máquinas e equipamentos utilizados na produção. Quanto mais a máquina for utilizada, menos eficiente ela será. Além disso, com o avanço tecnológico, rapidamente a máquina fica obsoleta.

Existe um conceito que expressa essa ideia, que é o conceito de depreciação. Depreciação é justamente a perda de valor do capital por uso, desgaste ou obsolescência tecnológica.

Até agora, vimos apenas os conceitos brutos, como PIB ou PNB. Para chegarmos aos conceitos líquidos, basta diminuir a depreciação. Portanto, o Produto Interno Líquido (PIL) será igual ao PIB menos a depreciação. O Produto Nacional Líquido (PNL) será igual ao PNB menos a depreciação e assim por diante. Portanto:

- $PIL = PIB - \text{Depreciação}$
- $PIL_{cf} = PIB_{cf} - \text{Depreciação}$
- $PIL_{pm} = PIB_{pm} - \text{Depreciação}$
- $PNL = PNB - \text{Depreciação}$

Pela dificuldade de mensuração precisa da depreciação, acaba que utilizamos mais o conceito bruto mesmo. Mas, se cair o conceito líquido na sua prova, você já sabe que apenas precisa deduzir a depreciação do conceito bruto.

$$\text{Líquido} = \text{Bruto} - \text{Depreciação}$$

Produto Real, Produto Nominal e Deflator Implícito

Uma das coisas mais importantes na nossa ciência é medir a evolução produção de uma economia, certo? Afinal de contas, o que mais queremos é que ela cresça e assim aumente a “fatia do bolo” de cada pessoa. Mas como medir essa variação? Como os preços ajudam no processo? E como atrapalham?

Imagine uma economia que produzia no ano “0” apenas dois bens: bicicletas e carros. Se eu te disser que esta economia produzia 500 bicicletas e 10 carros nesse ano zero, você pode se perguntar: “Ok! Mas quanto isso vale?”

Informo, então, que cada carro valia \$50.000 e cada bicicleta valia \$1.000:

Bem	Quantidade Produzida	Preço
Carros	10	\$50.000
Bicicletas	500	\$1.000

Agora você já pode calcular o PIB dessa economia naquele ano. Basta multiplicar a quantidade de bicicletas pelo seu preço e a quantidade de carros pelo seu preço e depois somar tudo:

$$PIB_0 = Q_c \times P_c + Q_b \times P_b$$

$$PIB_0 = 10 \times 50.000 + 500 \times 1.000$$

$$PIB_0 = 500.000 + 500.000$$

$$PIB_0 = \$1.000.000$$

Note que o PIB de nossa economia no ano zero é de um milhão.

Agora imagine que no ano seguinte, o ano 1, a nossa economia, ainda produzindo apenas bicicletas e carros, tenha apresentado as seguintes quantidades produzidas e preços para cada um dos bens:

Bem	Quantidade Produzida	Preço
Carros	10	\$60.000
Bicicletas	500	\$1.200

Se fizermos o cálculo do PIB no ano 1 com os dados da tabela, teremos o seguinte:

$$PIB_1 = Q_c \times P_c + Q_b \times P_b$$

$$PIB_1 = 10 \times 60.000 + 500 \times 1.200$$

$$PIB_1 = 600.000 + 600.000$$

$$PIB_1 = \$1.200.000$$

“Mas professores! Como pode o PIB ter aumentado de \$1.000.000 para \$ 1.200.000 sem que esta economia tenha produzido uma bicicleta ou um carrinho a mais sequer?”

Pois é! A questão é que o **verdadeiro** PIB, o PIB **REAL** não aumentou. O PIB que aumentou foi o PIB **NOMINAL**. Viu como é? Precisamos dos preços para mensurar o PIB, mas ao mesmo tempo eles nos atrapalham um pouco simplesmente porque se alteram.

Note que o **PIB nominal** (este que aumentou 20%) é o **PIB medido a preços correntes**, ou seja, consideramos nele a evolução dos preços. Mas para calcularmos a evolução real de uma economia, o quanto sua produção está aumentando de período em período, precisamos afastar esta mudança dos preços.

E como nós fazemos isso? É simples: basta “congelarmos” os preços, ou seja, basta calcularmos o **PIB a preços constantes** (sem considerar a mudança nos preços). Fazendo isso, nós teremos o **PIB real da economia**. Em termos práticos, o que precisamos fazer é medir a quantidade produzida no ano 1 pelos preços do ano base, ou seja, como se eles não tivessem mudado.

Se nós fizermos isso para o exemplo desta aula, veremos que o PIB real do ano 1 será igual ao PIB do ano zero, ou seja, teremos confirmado matematicamente o que já notávamos na tabela: a produção não aumentou. Então, grave:

O PIB nominal é aquele medido a preços correntes (considera alterações nos preços).

O PIB real é aquele medido a preços constantes (não considera alterações nos preços).

Mas sigamos com outro exemplo. Esqueça a última tabela e suponha que no ano 1, tivemos a seguinte situação da nossa economia hipotética:

Bem	Quantidade Produzida	Preço
Carros	12	\$60.000
Bicicletas	600	\$1.200

Note que quando comparamos com a situação do ano zero, tivemos aumento tanto nos preços quanto na produção, o que torna as coisas mais interessantes na nossa economia.

Calculando o PIB nominal para este ano 1, isto é, a preços correntes, teremos o seguinte:

$$\begin{aligned}PIB_n &= Qc \times Pc + Qb \times Pb \\PIB_n &= 12 \times 60.000 + 600 \times 1.200 \\PIB_n &= 720.000 + 720.000 \\PIB_n &= \$1.440.000\end{aligned}$$

Para calcularmos o PIB real neste ano 1, no entanto, precisamos considerar os preços do ano base, ou seja, do nosso ano zero, mantendo as quantidades do ano 1. Assim, teríamos:

$$\begin{aligned}PIB_r &= Qc \times Pcb + Qb \times Pbb \\PIB_r &= 12 \times 50.000 + 600 \times 1.000 \\PIB_r &= 600.000 + 600.000 \\PIB_r &= \$1.200.000\end{aligned}$$

Então, veja só: o PIB nominal do ano 1 é de \$ 1.440.000 porque consideramos a evolução dos preços. Mas o PIB real, embora tenha subido em relação ao ano zero, não chega a tanto: ficou em \$1.200.000. Ou seja, nossa economia evoluiu em termos reais de \$1.000.000 para \$1.200.000. Nosso PIB cresceu 20%, portanto.

Veja que há uma diferença entre os crescimentos do produto nominal (que leva em consideração as mudanças de preços) e do produto real (que leva em consideração apenas o que foi efetivamente produzido a mais, sem a variação de preços) porque no cálculo do PIB real nós **deflacionamos** os dados, ou seja, retiramos a evolução dos preços para os considerarmos constantes. Aqui, introduzimos outro conceito bastante cobrado em prova: o do Deflator Implícito, ou Deflator do PIB.

Ele é simplesmente a razão entre o Produto Nominal e o Produto Real e capta exatamente a evolução dos preços no período. Calculamos assim o deflator implícito (também chamado de deflator do PIB):

$$\text{Deflator Implícito} = \frac{\text{PIB Nominal}}{\text{PIB Real}}$$

Para os dados do nosso exemplo, teríamos o seguinte:

$$\text{Deflator Implícito} = \frac{1.440.000}{1.200.000} = 1,2$$

Então, lembre que o deflator é simplesmente um índice de preços abrangente utilizado para tirar o efeito da inflação (aumento de preços) sobre o produto.

Terminamos aqui, pessoal. Como um guerreiro não desiste daquilo que ama, mas acha amor naquilo que faz, deixamos aqui as questões para vocês treinarem! Um abraço!

Profs. Jetro Coutinho e Paulo Ferreira

Questões comentadas pelos professores

1. CESPE – EBSEH – 2018)

O PNB, uma medida abrangente da economia, pode ser mensurado de duas formas: o PNB real e o PNB nominal. O PNB nominal é a mensuração do PNB a preços constantes.

RESOLUÇÃO:

Errado!

Quando falamos de uma variável nominal, estamos falando dela a preços correntes, ou seja, considerando que a variação dos preços a afeta.

O PNB real é que seria a mensuração a preços constantes porque afastaria a “contaminação” da variação dos preços.

Resposta: E

2. CESPE – ABIN – 2018)

O PIB nominal é a medida do produto ideal para avaliar o nível e a trajetória de crescimento econômico, pois representa métrica de produto a preços constantes a partir de determinado ano-base.

RESOLUÇÃO:

Veja que o CESPE vai na mesma linha da questão anterior.

E está errado, afinal, sabemos que a métrica do produto a preços constantes é a do PIB real e não a do PIB nominal.

Resposta: E

3. CESPE – TCE/SC – 2016)

A diferença entre produto interno bruto (PIB) a preços de mercado e PIB a custo de fatores é igual à soma dos impostos diretos menos o total dos subsídios à produção.

RESOLUÇÃO:

Ler rápido demais essa afirmação nos faria errar porque com duas letras a mais, a afirmação estaria correta.

A diferença entre produto interno bruto (PIB) a preços de mercado e PIB a custo de fatores é igual à soma dos impostos INDiretos menos o total dos subsídios à produção

Resposta: E

4. CESPE – TCE/PA – 2016)

No sistema de contas nacionais, o produto interno bruto a preço de mercado é igual à despesa interna bruta.

RESOLUÇÃO:

É isso mesmo!

Afinal de contas, a despesa interna bruta, a demanda agregada, é dada em cima dos preços de mercado.

Quando consumimos um bem ou um serviço, nossa despesa é medida pelo preço que pagamos pelo bem inclusive com os tributos indiretos.

No mais, sabemos que $\text{produto} = \text{renda} = \text{despesa}$.

Resposta: C

5. CESPE – TCE/PA – 2016)

Em uma economia simples, em que o fluxo circular da renda ocorre somente entre as unidades produtoras e consumidoras, o produto agregado é diferente da renda agregada, ainda que toda a renda obtida pelas famílias seja destinada ao consumo.

RESOLUÇÃO:

Errado!

Essas complicações só aparecem quando incluímos o governo e o setor externo no fluxo circular, quando então teremos tributos, subsídios, transferências, renda enviada e recebida ao exterior, etc.

Se estamos falando de uma economia **simples** em que a renda flui somente entre unidades produtoras e consumidoras, estamos supondo economia fechada e inexistência do governo.

Neste caso, necessariamente temos igualdade entre produto agregado e renda agregada.

Resposta: E

6. CESPE – TCE/PA – 2016)

Considerando-se a perspectiva da renda, o produto interno bruto a preços de mercado pode ser decomposto em renda pessoal disponível, renda bruta disponível das empresas, renda líquida do governo e renda líquida enviada ao exterior.

RESOLUÇÃO:

Esta composição está perfeita!

Note que o produto interno bruto pode ser identificado como o gasto total com bens e serviços realizado na economia.

Pois bem: necessariamente este gasto remunera pessoas, empresas, governo ou é remetido ao exterior.

A renda pessoal disponível é a renda das famílias já descontados os tributos diretos, que compõem a renda líquida do governo.

É difícil uma questão de prova falar em "renda bruta disponível das empresas", mas ela nada mais seria do que lucros retidos, já que o restante não está disponível, uma vez que os salários pagos compõem a renda pessoal disponível e os tributos pagos compõem a renda do governo.

Por fim: há ainda a renda líquida enviada ao exterior, a remuneração líquida dos fatores de produção estrangeiros utilizados dentro da economia.

Resposta: C

7. CESPE – TCE/PA – 2016)

Produto agregado consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante determinado período de tempo.

RESOLUÇÃO:

O conceito de produto agregado ou de produto interno bruto consiste exatamente na soma de todos os bens e serviços produzidos na economia durante determinado período de tempo.

E essas delimitações (geográfica e temporal) são fundamentais.

Primeiro, note que estamos tratando de determinada economia específica, ou seja, estamos fazendo uma limitação territorial.

Segundo: esta medida deve ser em determinado período de tempo (um ano, por exemplo) porque é uma variável de fluxo (geração de riqueza) e precisa ser comparável.

Por fim, mede-se apenas bens e serviços finais, já que incorreríamos em dupla contagem se computássemos ao mesmo tempo o bem final e o insumo utilizado para gerá-lo. Seria como se o valor do carro produzido fosse computado e após computássemos também as suas rodas (mas as rodas já compõem o valor do carro, ora).

Resposta: C

8. CESPE – TCE/PA – 2016)

As famílias destinam ao consumo e à poupança a renda disponível, e não a renda total, ainda que o governo não participe da economia.

RESOLUÇÃO:

Claro, que não, CESPE!

Só faz sentido falar em "renda disponível" se há governo na economia.

Afinal, a renda disponível é aquela parte da renda das famílias que não é tributada.

É a renda líquida dos tributos sobre renda e patrimônio.

Assim, se estamos tratando de um modelo sem governo, a renda disponível será a própria renda total e, aí sim, a destinação da renda das famílias será apenas à poupança e ao consumo.

Resposta: E

9. CESPE – TCE/PA – 2016)

No sistema de contas nacionais, a conta de produção apresenta o resultado do processo do valor bruto da produção a preços básicos, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário.

RESOLUÇÃO:

Correto!

O produto interno bruto é a diferença entre o valor bruto da produção e o consumo intermediário.

A farinha utilizada na produção do pão não pode ser computada no cálculo do produto interno bruto porque o pão já o é, por exemplo.

Haveria dupla contagem neste caso.

A conta de produção mostra exatamente este resultado.

Resposta: C

10. CESPE – TCE/PA – 2016)

No sistema de contas nacionais, a conta de uso da renda descreve como os setores institucionais aplicam a renda disponível em consumo e poupança.

RESOLUÇÃO:

A questão cobra uma das estruturas básicas das tabelas de recursos e usos do sistema de contas nacionais.

Nesta tabela da conta de uso da renda, temos o consumo e a poupança de empresas, famílias e governo.

O recurso representa a renda disponível do setor institucional (empresas, famílias ou governo), o uso é o consumo e o saldo, à direita, é a poupança.

Resposta: C

11. CESPE – TCE/SC – 2016)

Na ótica da produção, os serviços domésticos remunerados entram no cálculo do produto interno bruto brasileiro.

RESOLUÇÃO:

Cuidado com a pegadinha bem ao estilo CESPE, pessoal!

Se fato, os serviços domésticos remunerados entram no cálculo do PIB.

Mas isso não se dá pela ótica da produção.

Na ótica da produção, o que é relevante para o cálculo do PIB é o valor adicionado (ou valor agregado) por cada firma individual.

Os serviços domésticos remunerados não entram aqui.

Estes seriam computados na ótica do dispêndio agregado, por exemplo, afinal houve um gasto com tal serviço.

Da mesma forma, também seriam computados na ótica da renda por se tratar de um salário, por exemplo.

Resposta: E

12. CESPE – DPU – 2016)

O cálculo da formação bruta de capital fixo inclui o valor da produção de máquinas e equipamentos.

RESOLUÇÃO:

Olhe só como o IBGE define a formação bruta de capital fixo:

A formação bruta de capital fixo (FBCF) é a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos.

Note que não importa se a máquina ou o equipamento é produzida ou comprada pela empresa. Basta que seja um ativo fixo que amplie sua capacidade.

Resposta: C

13. CESPE – DPU – 2016)

A instalação de bens de capital e o gasto com a transmissão de propriedade de terreno são calculados, no PIB, como consumo das famílias.

RESOLUÇÃO:

De fato, quando compramos um terreno, isso é computado como consumo das famílias.

O que ocorre é que a instalação de bens de capital representa um investimento, mais especificamente a formação bruta de capital fixo, como acabamos de ver na questão anterior.

É aquele gasto que eleva a capacidade instalada da economia.

Aumenta a capacidade de oferta nos períodos seguintes.

Resposta: E

14. CESPE – DPU – 2016)

O valor gasto com despesa médica em hospital público faz parte do consumo das famílias.

RESOLUÇÃO:

Essa é uma das pegadinhas mais legais que o CESPE já fez!

O valor gasto com despesa médica em hospital público não faz parte do consumo das famílias, mas dos gastos do governo.

Se o hospital é público, as despesas nele geradas são arcadas pelo governo.

Resposta: E

15. CESPE – DPU – 2016)

Se um bem produzido em 2014 foi vendido em 2015, esse bem entra no cálculo do PIB do ano em que foi produzido.

RESOLUÇÃO:

Perfeito!

O bem entra no cálculo do PIB do ano em que foi produzido, afinal, estamos medindo o **PRODUTO** Interno Bruto.

As bancas insistem bastante nisso porque sabem que costumamos medir o PIB pela ótica do consumo, mas isso ocorre porque produto agregado é igual à despesa agregada.

Resposta: C

16. CESPE – DPU – 2016)

No cálculo do PIB, produtos importados usados são considerados como investimentos.

RESOLUÇÃO:

Essa questão merecia anulação porque a banca não especifica estar tratando de bens de capital.

Mas pressupondo que isso está implícito, então estaria certo porque, de fato, bens de capital importados usados são considerados investimentos.

Trata-se de formação bruta de capital fixo (FBKF) porque são “investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de utilização repetida e contínua em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos.”

Note que o fato de serem importados e usados não exclui a validade da definição de FBKF acima.

Resposta: C

17. CESPE – DPU – 2016)

A produção agropecuária com ciclo de produção de trinta e seis meses é computada no cálculo do produto interno bruto (PIB) apenas no momento do abate dos animais.

RESOLUÇÃO:

Errado!

Isso faria com que superestimássemos o PIB do ano do abate e subestimássemos os dois anos anteriores, afinal, houve “produção” durante todo o período.

O IBGE deu um jeito nisso. Olhe só:

“Supondo que o animal tenha nascido em janeiro de 1998 e o ciclo de produção seja de 36 meses, em dezembro de 2000 o animal estará apto ao abate. Portanto, o modelo permite que se valore o produto bovinos vivos a partir do seu nascimento, ou seja, todo o ciclo produtivo.”

Resposta: E

18. CESPE – IRB – 2016)

Considerando o fato de que uma das funções do diplomata é manter o governo brasileiro informado a respeito do contexto político, econômico e cultural do país onde ele esteja temporariamente vivendo, julgue o item a seguir.

Para não cometer o erro denominado “ilusão monetária”, o diplomata deve informar, em seu relatório, o PIB real do país, em vez do nominal, dos últimos cinco anos. Para deflacionar esses números, o diplomata deve utilizar o deflator (implícito) do PIB, que é calculado pelo quociente entre o PIB real, medido a preços constantes, e o PIB nominal.

RESOLUÇÃO:

Estava tudo muito bonito até as últimas palavras da afirmação.

Ali, o examinador inverteu a razão do deflator.

Na verdade, o deflator é calculado pelo quociente entre PIB nominal e PIB real.

Resposta: E

19. CESPE – TCE/RN – 2015)

O crescimento real da economia pode ser aferido pela variação nominal do produto interno bruto, e os gastos governamentais, em sua composição, devem desconsiderar as transferências governamentais.

RESOLUÇÃO:

Errado!

De fato, pela ótica da despesa agregada, as transferências governamentais devem ser desconsideradas dos gastos do governo.

Mas o crescimento **real** da economia deve ser aferido pela variação **real** do PIB, ora.

Afinal, a variação nominal está “poluída” pela variação dos preços.

Resposta: E

20. CESPE – MPOG – 2015)

Se não houver impostos indiretos e existir despesas com depreciação, a renda nacional será igual ao produto nacional bruto (PNB).

RESOLUÇÃO:

A renda nacional nada mais é que o produto nacional líquido a custo de fatores.

Logo, para que esta igualdade fosse verdadeira, não poderia haver depreciação e, além disso, não poderia haver impostos indiretos **e subsídios**, ou os valores destes dois teriam de ser iguais.

Olhe só:

$$RN = PNLcf$$

$$PNLcf = PNBpm - D - II + S$$

$$PNBpm = PNLcf + D + II - S$$

Como não existiriam impostos indiretos:

$$PNBpm = PNLcf + D - S$$

Percebemos então que a igualdade proposta pela questão só seria válida se a depreciação fosse nula ou igual ao valor dos subsídios.

Como a questão nada colocou sobre subsídios:

$$PNBpm = PNLcf + D$$

Vemos que o PNB é necessariamente diferente da renda nacional.

Resposta: E

21. CESPE – MPOG – 2015)

Ao se compararem os conceitos de renda pessoal e renda pessoal disponível, é possível concluir que a renda pessoal inclui contribuições previdenciárias e transferências para indivíduos, ao passo que a renda pessoal disponível considera o impacto negativo do imposto de renda.

RESOLUÇÃO:

É isso!

Grave que a renda pessoal é a parte boa: inclui também as transferências recebidas do governo, os benefícios e as pensões, além dos salários, claro.

Quando incluimos o termo “disponível”, estamos falando daquela parte dessa grana que sobra depois de descontada a tributação sobre a renda.

É aquilo que de fato sobra para o indivíduo consumir ou poupar.

Resposta: C

22. CESPE – MPOG – 2015)

O deflator implícito do PIB é uma medida do nível geral de preços que, inicialmente, mensura a quantidade (PIB real) para, posteriormente, comparar a variação do PIB em termos do valor da moeda a preços do período corrente e do período base.

RESOLUÇÃO:

É isso mesmo!

O deflator busca captar a parte da evolução do PIB que não se deu por causa da elevação da produção, mas por causa da elevação dos preços.

Por isso, ele compara a variação do PIB a preços do período corrente (PIB nominal) e a preços do período base (PIB real).

Resposta: C

23. CESPE – TCU – 2015)

A renda agregada é sempre igual ao produto agregado.

RESOLUÇÃO:

Desta vez, o macete de marcar errado quando o item trazer a palavra “sempre” não funcionou.

Com certeza a renda agregada será igual ao produto agregado. Este é um dos conceitos iniciais no estudo das contas nacionais.

Resposta: C

24. CESPE – TCU – 2015)

O deflator do PIB consiste em uma medida de preço e, por ser calculado pela divisão do PIB nominal pelo PIB real, proporciona informações semelhantes às do índice de preços ao consumidor.

RESOLUÇÃO:

O deflator implícito é utilizado como denominador do Produto Nominal para que se possa chegar ao Produto Real, ou seja, para que se desconte o efeito da alta dos preços na medição do produto de país ou região.

A fórmula é bem simples:

Produto Real = Produto Nominal/Deflator Implícito

Além disso, pode-se afirmar sim que o deflator proporciona informações semelhantes às do índice de preços ao consumidor (IPCA, por exemplo).

Embora haja diferença entre ambos na prática, em especial quanto à sua medição, é fato que produzem informações semelhantes.

Segundo Mankiw:

"A diferença entre o deflator do PIB e o IPC, na prática não é grande. (...) Ambos os indicadores, de um modo geral, contam a mesma história sobre o quão rapidamente os preços estão crescendo."

Como a assertiva traz alguma dúvida em relação à subjetividade que traz o termo "semelhança", talvez o melhor fosse a anulação da questão.*

A banca, no entanto, manteve o gabarito original.

Resposta: E*

25. CESPE – TJ/SE – 2014)

Para a mensuração do PIB, utilizam-se as seguintes abordagens: despesa, renda e produção, sendo a depreciação um componente utilizado no cálculo do produto na abordagem da despesa.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A depreciação é uma despesa contábil, ou seja, não é um gasto.

Logo, ela não é um componente do produto na abordagem da despesa.

Para medirmos o PIB pela ótica da despesa agregada, temos simplesmente que $PIB = C + I + G + X - M$.

Resposta: E

26. CESPE – TJ/SE – 2014)

Sob a ótica das contas nacionais, a compra de uma casa ou de um carro é tratada como investimento, pois tais bens fornecem serviços por um longo tempo.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A compra de uma casa ou de um carro é tratada como consumo, simplesmente.

A compra de uma máquina ou de um equipamento sim seria tratada como investimento.

Resposta: E

27. CESPE – TJ/SE – 2014)

O PIB expresso a preços correntes aumenta ao longo do tempo, basicamente, devido à elevação na produção dos bens como um todo e ao aumento dos preços dos bens produzidos.

RESOLUÇÃO:

Este é aquele que chamamos de PIB nominal, o PIB medido a preços correntes.

O PIB nominal tende a aumentar ao longo do tempo devido à combinação de dois fatores: o crescimento real da produção e a elevação do nível de preços na economia.

Ainda que possa haver anos de recessão (queda real da produção), é razoável supor que esta tende a crescer ao longo do tempo.

Com os preços, esta tendência é ainda mais forte.

No Brasil em 2015, por exemplo, ainda que o PIB tenha caído em termos reais, a inflação esteve na casa dos 10%, o que gerou uma elevação do PIB em termos nominais.

Assim, para que o PIB a preços correntes caísse, precisaria haver uma combinação entre deflação e recessão.

Resposta: C

28. CESPE – SUFRAMA – 2014)

No cálculo do produto interno líquido a preços de mercado, considera-se o fluxo de bens de propriedade de residentes do país, excluindo-se tanto a depreciação quanto os impostos indiretos e os subsídios.

RESOLUÇÃO:

Uma questão que necessita de atenção. O enunciado está dizendo que no conceito PIL_{PM} são excluídos a depreciação, os Impostos Indiretos e os subsídios. Isso não é verdade, pois o conceito de PIL_{PM} leva em consideração (ou seja, NÃO exclui) os Impostos Indiretos. Para lembrá-los, calculamos o PIL_{PM} pela fórmula:

$$PIL = PNBcf - Depreciação + II - Sub$$

Resposta: E

29. CESPE – SUFRAMA – 2014)

O produto nacional calculado sob a ótica da renda pode ser expresso pela soma dos salários e dos lucros das empresas, deduzindo-se as despesas com aluguéis e com juros, para se evitar a dupla contagem.

RESOLUÇÃO:

A renda é composta pelos salários, lucros, aluguéis e juros. Assim, a ótica da renda leva em consideração os aluguéis e os juros.

Quando levamos em consideração alguma variável, nós somamos ela no cálculo, não deduzimos como afirma a questão.

Resposta: E

30. CESPE – BACEN – 2013)

Segundo a teoria macroeconômica, as transferências devem ser desconsideradas dos gastos governamentais para efeito de cálculo da participação do governo no produto interno bruto (PIB).

RESOLUÇÃO:

Perfeito!

Quando calculamos o PIB pela ótica da demanda agregada, fazemos o seguinte:

$$\text{PIB} = C + I + G + (X - M)$$

Lembre sempre que "G" significa consumo do governo.

Ocorre é que uma transferência não é um consumo do governo, mas uma disponibilização do recurso para que uma família, por exemplo, consuma.

Assim, se esta família de fato consumir o valor transferido, tal valor entre no cálculo em "C", não em "G".

Por isso as transferências são desconsideradas: não representam um consumo do governo e, até mesmo, podem não vir a representar um consumo, caso esta família decida poupar, por exemplo.

Resposta: C

31. CESPE – TCE/RO – 2013)

Como corresponde à renda nacional disponível bruta, deduzido o consumo final, a poupança bruta é maior que a formação bruta de capital fixo acrescida da variação de estoques e de ativos financeiros, líquido de passivos.

RESOLUÇÃO:

Errado! É igual!

Definimos a renda nacional disponível bruta como aquela renda de que as famílias dispõem para consumir e poupar.

Assim, obtemos a poupança bruta se deduzirmos o consumo final da renda nacional disponível bruta.

Ocorre que a assertiva nega identidade básica da contabilidade nacional.

A poupança bruta é igual ao investimento de uma economia.

Além disso, sabemos que o investimento é dado justamente pela formação bruta de capital fixo acrescida da variação de estoques e de ativos financeiros, líquido de passivos.

Assim, como sabemos que $S = I$ e que $I = \text{FBKF} + \text{dEA}$, em que:

S = poupança bruta;

I = investimento;

FBKF = formação bruta de capital fixo e;

dEA = variação de estoques e de ativos financeiros, líquido de passivos.

Temos necessariamente que $S = \text{FBKF} + \text{dEA}$.

O erro da questão é negar a igualdade e supor que $S > \text{FBKF} + \text{dEA}$.

Resposta: E

32. CESPE – TCE/RO – 2013)

Os agregados macroeconômicos podem ser obtidos a partir de certas operações, tais como a formação bruta de capital fixo; ou podem ser decorrentes da adição de saldos de setores institucionais, que têm como exemplo a renda disponível.

RESOLUÇÃO:

Está certo.

A partir de algumas identidades básicas conseguimos obter outros agregados através de algumas manipulações algébricas.

Sabemos que o investimento, por exemplo, é dado pela soma entre formação bruta de capital fixo e variação dos estoques.

Assim, se deduzirmos a variação dos estoques do total de investimento, então teremos a formação bruta de capital fixo. É ao que a questão se refere, por exemplo.

Os setores institucionais, por sua vez, são as empresas, o governo e as famílias.

Através desta classificação, consegue-se saber como a renda é obtida e distribuída na economia.

É o que fazemos, por exemplo, quando estudamos em macroeconomia o fluxo circular da renda.

Olha só o que o próprio IBGE nos diz:

"Classificação por setor institucional: é um outro enfoque para apresentar o processo de produção. Nessa classificação as unidades são definidas de acordo com seu comportamento, função e objetivos econômicos.

Esta classificação realça como a renda é obtida e distribuída na economia, como o capital é gerado e como é financiado.”

A renda disponível é obtida através destes conceitos porque consiste na renda das famílias depois de deduzidos os impostos diretos que incidem sobre elas, como o IR.

Resposta: C

33. CESPE – TCE/RO – 2013)

A compilação de um sistema de contas nacionais é orientada por um conjunto de normas contábeis, princípios econômicos e convenções que possibilitam a emissão de recomendações sobre a compilação de suas variáveis; o que permite a descrição dos fluxos e estoques existentes numa determinada economia, de forma coerente e comparável.

RESOLUÇÃO:

Perfeito!

A contabilidade nacional (ou contabilidade social) tem como objetivo mensurar a totalidade das transações econômicas do país (ou região).

O sistema de contas nacionais utiliza princípios econômicos e ferramentas contábeis para descrever fluxos e estoques de uma determinada economia.

As convenções utilizadas são fundamentais para que se possa comparar a evolução de uma economia ao longo do tempo, ou até comparações entre diferentes economias.

Afinal, como poderíamos comparar diferentes economias se cada uma contabilizasse de uma forma?

Resposta: C

Considere os dados hipotéticos das contas nacionais de um país em um determinado ano.

	R\$ (bilhões)
produto interno bruto a preços de mercado	900
renda líquida enviada ao exterior	30
tributos indiretos	60
tributos diretos	80
transferências	50

subsídios	10
-----------	----

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir (34 e 35):

34. CESPE – ANTT – 2013)

A renda disponível do setor privado é igual a R\$ 790 bilhões

RESOLUÇÃO:

A renda disponível do setor privado é a parte da renda que os indivíduos e as empresas têm à sua disposição para consumir ou poupar/investir.

Esta pode ser obtida através da soma da renda nacional (produto nacional líquido a custo de fatores) somadas as transferências e a depreciação e deduzidos os tributos diretos e outras receitas do governo.

Formalizando:

$$\text{RDSPr} = \text{RN} + \text{Trasferências} + \text{D} - \text{TD} - \text{outras receitas}$$

Como não há depreciação nem outras receitas do governo nas informações fornecidas, simplificamos:

$$\text{RDSPr} = \text{RN} + \text{Trasferências} - \text{TD}$$

Possuímos o valor das transferências e dos tributos diretos.

Precisamos então obter a renda nacional (RN).

Para isso, utilizamos o produto interno bruto na busca do produto nacional bruto.

Basta que deduzamos a receita líquida enviada ao exterior porque $\text{PNB} = \text{PIB} - \text{RLEE}$:

$$\text{PNB} = 900 - 30$$

$$\text{PNB} = 870$$

Temos então o Produto Nacional Bruto a preços de mercado.

Agora vamos transformar este PNB a preços de mercado em PNB a custo de fatores.

Fazemos isso somando subsídios e subtraindo tributos indiretos:

$$\text{PNBcf} = \text{PNBpm} + \text{S} - \text{TI}$$

$$\text{PNBcf} = 870 + 10 - 60$$

$$\text{PNBcf} = 820$$

Como a Renda Nacional é o produto nacional **líquido** a custo de fatores, bastaria que deduzíssemos a depreciação para chegarmos na RN, mas não temos depreciação na questão. Então pronto. Achamos a RN.

Então, já podemos calcular a renda disponível do setor privado:

$$\text{RDSPr} = \text{RN} + \text{Trasferências} - \text{TD}$$

$$\text{RDSPr} = 820 + 50 - 80$$

RDSP = 790

Resposta: C

35. CESPE – ANTT – 2013)

O produto nacional bruto a custo de fatores é igual a R\$ 820 bilhões.

RESOLUÇÃO:

Perfeito!

Note ali em cima que já o havíamos calculado porque precisávamos dele para encontrarmos o valor da renda nacional.

Bastava pegar o PIB a preços de mercado, somar subsídios e deduzir tributos indiretos e a renda líquida enviada ao exterior.

Resposta: C

36. CESPE – ANCINE – 2013)

O PIB representa a soma dos valores agregados de todos os bens e serviços finais produzidos no território econômico nacional, excluídos os bens que resultaram do emprego de recursos de não residentes.

RESOLUÇÃO:

Errado!

É o PNB que faz esta distinção entre o emprego de recursos de residentes e não residentes.

Isso não importa no cálculo do PIB porque ele é o Produto **Interno** Bruto, ou seja, calcula a produção dentro do território nacional, independentemente da nacionalidade do fator de produção.

Resposta: E

37. CESPE – ANCINE – 2013)

O PIB a custo de fatores equivale ao PIB a preços de mercado, deduzidos os tributos indiretos e somados os subsídios.

RESOLUÇÃO:

Perfeito.

É exatamente isso.

O subsídio remunera um fator de produção, mas não compõe o preço de mercado.

Os tributos indiretos compõem o preço de mercado, mas não remunera o fator de produção.

Por isso:

$$\text{PIBcf} = \text{PIBpm} - \text{TI} + \text{S}$$

Resposta: C

38. CESPE – ANP – 2013)

Em uma economia aberta com governo, o agregado interno é igual ao agregado nacional, acrescido da renda líquida enviada ao exterior. Por outro lado, o agregado a custo de fatores corresponde ao agregado a preços de mercado, acrescido dos impostos indiretos, subtraindo-se os subsídios.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A primeira relação está correta.

O agregado interno é igual ao agregado nacional somado da renda líquida enviada ao exterior:

$$\text{PNB} = \text{PIB} + \text{RLEE}$$

Mas a banca inverte o sinal de subsídios e impostos indiretos.

Na verdade, temos:

$$\text{PIBcf} = \text{PIBpm} - \text{TI} + \text{S}$$

Resposta: E

39. CESPE – ANP – 2013)

Um dos princípios da contabilidade nacional é o equilíbrio externo do sistema, segundo o qual cada lançamento devedor em uma conta deve corresponder igualmente ao lançamento credor em outra.

RESOLUÇÃO:

Está certo porque a contabilidade nacional segue o princípio das partidas dobradas.

Então, de fato, cada lançamento devedor deve corresponder igualmente ao lançamento credor em outra.

Acerca dos equilíbrios interno e externo, olhe só a definição de Simonsen e Cysne em Macroeconomia, de onde provavelmente o examinador extraiu a questão:

*"A contabilidade nacional procura retratar o desempenho real de uma economia em determinado período de tempo, por um sistema de contas que obedeça a dois princípios: a) o do equilíbrio interno de cada conta, onde o total dos débitos deve igualar o total dos créditos; b) o do **equilíbrio externo do sistema, segundo o qual a cada lançamento devedor numa conta deve corresponder igual lançamento credor em outra.** Esses princípios seguem as regras gerais da contabilidade geral, baseadas no sistema de partidas dobradas inventado em 1494 por Luca Pacciolo."*

Resposta: C

40. CESPE – ANP – 2013)

A renda bruta das empresas compreende o bloco dos lucros retidos somado às depreciações, desconsiderando o bloco relacionado aos indivíduos, representado pelo somatório dos salários, dos lucros distribuídos, dos aluguéis e dos juros pagos, exceto os juros recebidos.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A renda bruta das empresas pode ser dividida em dois blocos e é claro que não podemos desconsiderar a parcela da renda que é destinada a indivíduos.

De um lado, tem-se o lucro que é retido somado à depreciação.

De outro, temos aquela parte da renda bruta que se destina a salários, distribuição de lucros e pagamento líquido de juros e aluguéis.

Ou seja, não faz sentido falar em renda bruta das empresas e desconsiderar um dos dois blocos que a compõem.

Resposta: E

41. CESPE – ANP – 2013)

Em uma economia aberta sem governo, o produto nacional bruto é igual ao somatório de salários, de juros líquidos pagos a indivíduos, de aluguéis pagos a indivíduos, de lucros distribuídos, de depreciações e de lucros retidos.

RESOLUÇÃO:

Correto!

O somatório das rendas (lucros, juros, aluguéis e salários) é a renda nacional, equivalente ao produto nacional líquido a custo de fatores.

Se não temos governo, não temos tributos nem subsídios.

Logo, o produto a custo de fatores é igual ao produto a preços de mercado.

Então, temos que $PNB_{cf} = PNB_{pm}$.

Por fim, para que isso se igualasse à renda nacional (PNL_{cf}), bastaria somarmos a este a depreciação e ficaríamos com PNB_{cf} .

Resposta: C

42. CESPE – Governo do MS – 2013)

Ao somar o produto pela ótica dos fatores de produção, obtém-se o produto interno bruto a preços de mercado.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A ótica dos fatores de produção é a ótica da renda (remuneração destes fatores).

Ao somar o produto pela ótica dos fatores (ou seja, ao somarmos estas remunerações), teremos a Renda Nacional, que equivale ao produto nacional líquido a custo de fatores.

Resposta: E

43. CESPE – Governo do MS – 2013)

Em uma economia fechada, o produto nacional bruto é igual ao produto interno bruto.

RESOLUÇÃO:

Perfeito!

Se a economia é fechada, não há renda enviada ou recebida do exterior.

Neste caso, PIB = PNB.

Resposta: C

44. CESPE – MJ – 2013)

O país que, em determinado ano, envie liquidamente rendas ao exterior terá o produto nacional bruto maior que o PIB no período.

RESOLUÇÃO:

É o contrário.

$PIB = PNB + RLEE$

Logo, para $RLEE > 0$, $PIB > PNB$.

Ou seja, se há envio líquido de renda ao exterior, o PIB é maior que o PNB.

Resposta: E

45. CESPE – MJ – 2013)

Os estoques acumulados no ano de 2012 devem ser contabilizados como investimento em 2012 e contribuirão para o PIB do ano em que forem comercializados.

RESOLUÇÃO:

Vamos separar o joio do trigo, pessoal!

Um produto produzido em 2012, contribui para elevar o PIB de 2012. Estamos calculando produção, ora.

Pela ótica da despesa agregada, se ele foi produzido, mas não consumido, ele entra em "I" e não em "C".

Resposta: E

46. CESPE – MJ – 2013)

O PIB a preço de mercado é equivalente ao PIB a custo de fatores adicionado dos impostos indiretos e deduzido dos subsídios.

RESOLUÇÃO:

Perfeito: é exatamente isto!

$$\text{PIBpm} = \text{PIBcf} + \text{II} - \text{S}$$

Resposta: C

47. CESPE – ANAC – 2012)

A soma das remunerações dos fatores de produção é igual à soma dos gastos em bens e serviços finais produzidos internamente durante um ano.

RESOLUÇÃO:

Errado!

A soma das remunerações dos fatores de produção é a renda nacional, ou seja, é o produto nacional líquido a custo de fatores.

A soma dos gastos em bens e serviços finais produzidos internamente é o produto interno bruto a preços de mercado.

Resposta: E

48. CESPE – ANAC – 2012)

Caso um bem tenha sido produzido em 2011 e vendido apenas em 2012, ele contribuirá para o produto interno bruto de 2012.

RESOLUÇÃO:

Errado!

Note como CESPE insiste bastante nisso.

E se insiste, é porque o pessoal "cai" nessa.

Por mais que haja diferentes óticas, nunca esqueça: o PIB é a medida da PRODUÇÃO.

Logo, um bem produzido em 2011 contribui para o PIB exatamente de 2011.

Resposta: E

49. CESPE – ANAC – 2012)

Caso o conjunto das empresas de determinada economia acumule estoques indesejados, esses estoques serão contabilizados como investimentos nas contas nacionais.

RESOLUÇÃO:

Correto!

Não importa se são desejados ou não!

A contabilidade nacional não entra nesta subjetividade.

O acúmulo de estoques é contabilizado como investimento nas contas nacionais.

Resposta: C

50. CESPE – TC/DF – 2012)

O produto interno bruto de um país hipotético que produza somente veículos automotores será a soma do valor da produção dos veículos, dos pneus, dos motores automotivos e de todos os demais componentes desses veículos.

RESOLUÇÃO:

Não mesmo!

Se fizermos isso, estamos superestimando o PIB, fazendo dupla contagem.

O valor do veículo já é composto pelo valor de seu motor, dos pneus e dos demais componentes.

Os pneus e o motor são bens intermediários.

O PIB será a soma apenas do valor dos veículos produzidos, ou seja, do produto final.

Resposta: E

51. CESPE – BASA – 2012)

Parcela da produção interna do Brasil relativa às exportações, em virtude de se referir a produtos subtraídos do consumo interno, não é incluída no cálculo do PIB.

RESOLUÇÃO:

Ora: claro que é!

Para o cálculo do PIB, não importa quem está consumindo, mas quem está produzindo.

Portanto, se a empresa X produz um armário, isso é computado no PIB, independentemente de o armário ser vendido aqui no Brasil, ser exportado, ou sequer ser vendido.

Resposta: E

52. CESPE – BASA – 2012)

O PIB inclui os valores dos produtos importados utilizados no processo de produção interna, superavaliando, assim, o valor da produção interna.

RESOLUÇÃO:

Errado!

Não é à toa que quando calculamos o PIB pela ótica da demanda, temos $PIB = C + I + G + X - M$.

As importações “M” não são consideradas no cálculo do PIB exatamente porque superavaliariam o valor da produção interna.

Um bem importado é produzido fora da economia e, portanto, não pode ser incluído no Produto **INTERNO** Bruto.

Resposta: E

53. CESPE – BASA – 2012)

A renda gerada pela produção interna, denominada renda interna bruta, inclui as rendas que são geradas no país e enviadas para o exterior.

RESOLUÇÃO:

Correto!

Inclui sim!

Caso contrário, estaríamos falando da renda nacional e não da renda interna.

A renda interna é aquela que é gerada internamente, independentemente do fator de produção que remunera ser nacional ou estrangeiro.

Resposta: C

54. CESPE – STM – 2011)

A ampliação de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, não altera as receitas do governo, mas contribui para elevar a carga tributária líquida.

RESOLUÇÃO:

Errado!

De fato, esta ampliação não altera as receitas do governo, mas seu efeito na carga tributária líquida é justamente o oposto.

Isso porque a carga tributária líquida é obtida pela carga tributária bruta deduzida de transferências e subsídios.

Ou seja, a ampliação das transferências feitas no Bolsa Família reduzem a carga tributária líquida.

Resposta: E

55. CESPE – STM – 2011)

Os gastos do governo com a implantação de uma nova unidade médica, exceto aqueles referentes aos pagamentos dos médicos e demais funcionários públicos, são contabilizados como gastos governamentais e, como tais, contribuem para elevar tanto o produto interno como a renda disponível do período.

RESOLUÇÃO:

É fato que o PIB se eleva.

Quando montamos aquela equação sob a ótica do dispêndio agregado ($Y = C + I + G + X - M$), o "G" é exatamente o consumo do governo.

No caso de um hospital, os medicamentos seriam um exemplo deste consumo governamental.

Mas não teríamos elevação da renda disponível do período exatamente porque a afirmativa está descontando os pagamentos dos funcionários.

E a renda disponível é exatamente aquela parte da renda que a população pode dispor para consumo ou para poupança.

Ou seja, seria aumentada exatamente pelos gastos que a assertiva deixa de fora.

Resposta: E

56. CESPE – STM – 2011)

Quando acionistas brasileiros recebem dividendos pagos por uma empresa norte-americana, ocorre aumento do produto nacional bruto.

RESOLUÇÃO:

Está certo!

Isso porque o dividendo é uma remuneração do capital brasileiro aplicado nos EUA.

Note que o PIB do Brasil não aumenta, mas o PNB sim, porque os dividendos pagos a acionistas brasileiros são uma renda recebida do exterior.

Resposta: C

Lista de questões

1. CESPE – EBSERH – 2018)

O PNB, uma medida abrangente da economia, pode ser mensurado de duas formas: o PNB real e o PNB nominal. O PNB nominal é a mensuração do PNB a preços constantes.

2. CESPE – ABIN – 2018)

O PIB nominal é a medida do produto ideal para avaliar o nível e a trajetória de crescimento econômico, pois representa métrica de produto a preços constantes a partir de determinado ano-base.

3. CESPE – TCE/SC – 2016)

A diferença entre produto interno bruto (PIB) a preços de mercado e PIB a custo de fatores é igual à soma dos impostos diretos menos o total dos subsídios à produção.

4. CESPE – TCE/PA – 2016)

No sistema de contas nacionais, o produto interno bruto a preço de mercado é igual à despesa interna bruta.

5. CESPE – TCE/PA – 2016)

Em uma economia simples, em que o fluxo circular da renda ocorre somente entre as unidades produtoras e consumidoras, o produto agregado é diferente da renda agregada, ainda que toda a renda obtida pelas famílias seja destinada ao consumo.

6. CESPE – TCE/PA – 2016)

Considerando-se a perspectiva da renda, o produto interno bruto a preços de mercado pode ser decomposto em renda pessoal disponível, renda bruta disponível das empresas, renda líquida do governo e renda líquida enviada ao exterior.

7. CESPE – TCE/PA – 2016)

Produto agregado consiste na soma de todos os bens e serviços finais produzidos na economia durante determinado período de tempo.

8. CESPE – TCE/PA – 2016)

As famílias destinam ao consumo e à poupança a renda disponível, e não a renda total, ainda que o governo não participe da economia.

9. CESPE – TCE/PA – 2016)

No sistema de contas nacionais, a conta de produção apresenta o resultado do processo do valor bruto da produção a preços básicos, obtido pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário.

10. CESPE – TCE/PA – 2016)

No sistema de contas nacionais, a conta de uso da renda descreve como os setores institucionais aplicam a renda disponível em consumo e poupança.

11. CESPE – TCE/SC – 2016)

Na ótica da produção, os serviços domésticos remunerados entram no cálculo do produto interno bruto brasileiro.

12. CESPE – DPU – 2016)

O cálculo da formação bruta de capital fixo inclui o valor da produção de máquinas e equipamentos.

13. CESPE – DPU – 2016)

A instalação de bens de capital e o gasto com a transmissão de propriedade de terreno são calculados, no PIB, como consumo das famílias.

14. CESPE – DPU – 2016)

O valor gasto com despesa médica em hospital público faz parte do consumo das famílias.

15. CESPE – DPU – 2016)

Se um bem produzido em 2014 foi vendido em 2015, esse bem entra no cálculo do PIB do ano em que foi produzido.

16. CESPE – DPU – 2016)

No cálculo do PIB, produtos importados usados são considerados como investimentos.

17. CESPE – DPU – 2016)

A produção agropecuária com ciclo de produção de trinta e seis meses é computada no cálculo do produto interno bruto (PIB) apenas no momento do abate dos animais.

18. CESPE – IRB – 2016)

Considerando o fato de que uma das funções do diplomata é manter o governo brasileiro informado a respeito do contexto político, econômico e cultural do país onde ele esteja temporariamente vivendo, julgue o item a seguir.

Para não cometer o erro denominado “ilusão monetária”, o diplomata deve informar, em seu relatório, o PIB real do país, em vez do nominal, dos últimos cinco anos. Para deflacionar esses números, o diplomata deve utilizar o deflator (implícito) do PIB, que é calculado pelo quociente entre o PIB real, medido a preços constantes, e o PIB nominal.

19. CESPE – TCE/RN – 2015)

O crescimento real da economia pode ser aferido pela variação nominal do produto interno bruto, e os gastos governamentais, em sua composição, devem desconsiderar as transferências governamentais.

20. CESPE – MPOG – 2015)

Se não houver impostos indiretos e existir despesas com depreciação, a renda nacional será igual ao produto nacional bruto (PNB).

21. CESPE – MPOG – 2015)

Ao se compararem os conceitos de renda pessoal e renda pessoal disponível, é possível concluir que a renda pessoal inclui contribuições previdenciárias e transferências para indivíduos, ao passo que a renda pessoal disponível considera o impacto negativo do imposto de renda.

22. CESPE – MPOG – 2015)

O deflator implícito do PIB é uma medida do nível geral de preços que, inicialmente, mensura a quantidade (PIB real) para, posteriormente, comparar a variação do PIB em termos do valor da moeda a preços do período corrente e do período base.

23. CESPE – TCU – 2015)

A renda agregada é sempre igual ao produto agregado.

24. CESPE – TCU – 2015)

O deflator do PIB consiste em uma medida de preço e, por ser calculado pela divisão do PIB nominal pelo PIB real, proporciona informações semelhantes às do índice de preços ao consumidor.

25. CESPE – TJ/SE – 2014)

Para a mensuração do PIB, utilizam-se as seguintes abordagens: despesa, renda e produção, sendo a depreciação um componente utilizado no cálculo do produto na abordagem da despesa.

26. CESPE – TJ/SE – 2014)

Sob a ótica das contas nacionais, a compra de uma casa ou de um carro é tratada como investimento, pois tais bens fornecem serviços por um longo tempo.

27. CESPE – TJ/SE – 2014)

O PIB expresso a preços correntes aumenta ao longo do tempo, basicamente, devido à elevação na produção dos bens como um todo e ao aumento dos preços dos bens produzidos.

28. CESPE – SUFRAMA – 2014)

No cálculo do produto interno líquido a preços de mercado, considera-se o fluxo de bens de propriedade de residentes do país, excluindo-se tanto a depreciação quanto os impostos indiretos e os subsídios.

29. CESPE – SUFRAMA – 2014)

O produto nacional calculado sob a ótica da renda pode ser expresso pela soma dos salários e dos lucros das empresas, deduzindo-se as despesas com aluguéis e com juros, para se evitar a dupla contagem.

30. CESPE – BACEN – 2013)

Segundo a teoria macroeconômica, as transferências devem ser desconsideradas dos gastos governamentais para efeito de cálculo da participação do governo no produto interno bruto (PIB).

31. CESPE – TCE/RO – 2013)

Como corresponde à renda nacional disponível bruta, deduzido o consumo final, a poupança bruta é maior que a formação bruta de capital fixo acrescida da variação de estoques e de ativos financeiros, líquido de passivos.

32. CESPE – TCE/RO – 2013)

Os agregados macroeconômicos podem ser obtidos a partir de certas operações, tais como a formação bruta de capital fixo; ou podem ser decorrentes da adição de saldos de setores institucionais, que têm como exemplo a renda disponível.

33. CESPE – TCE/RO – 2013)

A compilação de um sistema de contas nacionais é orientada por um conjunto de normas contábeis, princípios econômicos e convenções que possibilitam a emissão de recomendações sobre a compilação de suas variáveis; o que permite a descrição dos fluxos e estoques existentes numa determinada economia, de forma coerente e comparável.

Considere os dados hipotéticos das contas nacionais de um país em um determinado ano.

	R\$ (bilhões)
produto interno bruto a preços de mercado	900
renda líquida enviada ao exterior	30
tributos indiretos	60
tributos diretos	80
transferências	50
subsídios	10

Com base nessas informações, julgue os itens a seguir (34 e 35):

34. CESPE – ANTT – 2013)

A renda disponível do setor privado é igual a R\$ 790 bilhões

35. CESPE – ANTT – 2013)

O produto nacional bruto a custo de fatores é igual a R\$ 820 bilhões.

36. CESPE – ANCINE – 2013)

O PIB representa a soma dos valores agregados de todos os bens e serviços finais produzidos no território econômico nacional, excluídos os bens que resultaram do emprego de recursos de não residentes.

37. CESPE – ANCINE – 2013)

O PIB a custo de fatores equivale ao PIB a preços de mercado, deduzidos os tributos indiretos e somados os subsídios.

38. CESPE – ANP – 2013)

Em uma economia aberta com governo, o agregado interno é igual ao agregado nacional, acrescido da renda líquida enviada ao exterior. Por outro lado, o agregado a custo de fatores corresponde ao agregado a preços de mercado, acrescido dos impostos indiretos, subtraindo-se os subsídios.

39. CESPE – ANP – 2013)

Um dos princípios da contabilidade nacional é o equilíbrio externo do sistema, segundo o qual cada lançamento devedor em uma conta deve corresponder igualmente ao lançamento credor em outra.

40. CESPE – ANP – 2013)

A renda bruta das empresas compreende o bloco dos lucros retidos somado às depreciações, desconsiderando o bloco relacionado aos indivíduos, representado pelo somatório dos salários, dos lucros distribuídos, dos aluguéis e dos juros pagos, exceto os juros recebidos.

41. CESPE – ANP – 2013)

Em uma economia aberta sem governo, o produto nacional bruto é igual ao somatório de salários, de juros líquidos pagos a indivíduos, de aluguéis pagos a indivíduos, de lucros distribuídos, de depreciações e de lucros retidos.

42. CESPE – Governo do MS – 2013)

Ao somar o produto pela ótica dos fatores de produção, obtém-se o produto interno bruto a preços de mercado.

43. CESPE – Governo do MS – 2013)

Em uma economia fechada, o produto nacional bruto é igual ao produto interno bruto.

44. CESPE – MJ – 2013)

O país que, em determinado ano, envie liquidamente rendas ao exterior terá o produto nacional bruto maior que o PIB no período.

45. CESPE – MJ – 2013)

Os estoques acumulados no ano de 2012 devem ser contabilizados como investimento em 2012 e contribuirão para o PIB do ano em que forem comercializados.

46. CESPE – MJ – 2013)

O PIB a preço de mercado é equivalente ao PIB a custo de fatores adicionado dos impostos indiretos e deduzido dos subsídios.

47. CESPE – ANAC – 2012)

A soma das remunerações dos fatores de produção é igual à soma dos gastos em bens e serviços finais produzidos internamente durante um ano.

48. CESPE – ANAC – 2012)

Caso um bem tenha sido produzido em 2011 e vendido apenas em 2012, ele contribuirá para o produto interno bruto de 2012.

49. CESPE – ANAC – 2012)

Caso o conjunto das empresas de determinada economia acumule estoques indesejados, esses estoques serão contabilizados como investimentos nas contas nacionais.

50. CESPE – TC/DF – 2012)

O produto interno bruto de um país hipotético que produza somente veículos automotores será a soma do valor da produção dos veículos, dos pneus, dos motores automotivos e de todos os demais componentes desses veículos.

51. CESPE – BASA – 2012)

Parcela da produção interna do Brasil relativa às exportações, em virtude de se referir a produtos subtraídos do consumo interno, não é incluída no cálculo do PIB.

52. CESPE – BASA – 2012)

O PIB inclui os valores dos produtos importados utilizados no processo de produção interna, superavaliando, assim, o valor da produção interna.

53. CESPE – BASA – 2012)

A renda gerada pela produção interna, denominada renda interna bruta, inclui as rendas que são geradas no país e enviadas para o exterior.

54. CESPE – STM – 2011)

A ampliação de programas de redistribuição de renda, como o Bolsa Família, não altera as receitas do governo, mas contribui para elevar a carga tributária líquida.

55. CESPE – STM – 2011)

Os gastos do governo com a implantação de uma nova unidade médica, exceto aqueles referentes aos pagamentos dos médicos e demais funcionários públicos, são contabilizados como gastos governamentais e, como tais, contribuem para elevar tanto o produto interno como a renda disponível do período.

56. CESPE – STM – 2011)

Quando acionistas brasileiros recebem dividendos pagos por uma empresa norte-americana, ocorre aumento do produto nacional bruto.

Gabarito

1. E	20. E	39. C
2. E	21. C	40. E
3. E	22. C	41. C
4. C	23. C	42. E
5. E	24. E	43. C
6. C	25. E	44. E
7. C	26. E	45. E
8. E	27. E	46. C
9. C	28. E	47. E
10. C	29. E	48. E
11. E	30. C	49. C
12. C	31. E	50. E
13. E	32. C	51. E
14. E	33. C	52. E
15. C	34. C	53. C
16. C	35. C	54. E
17. E	36. E	55. E
18. E	37. C	56. C
19. E	38. E	

Resumo direcionado

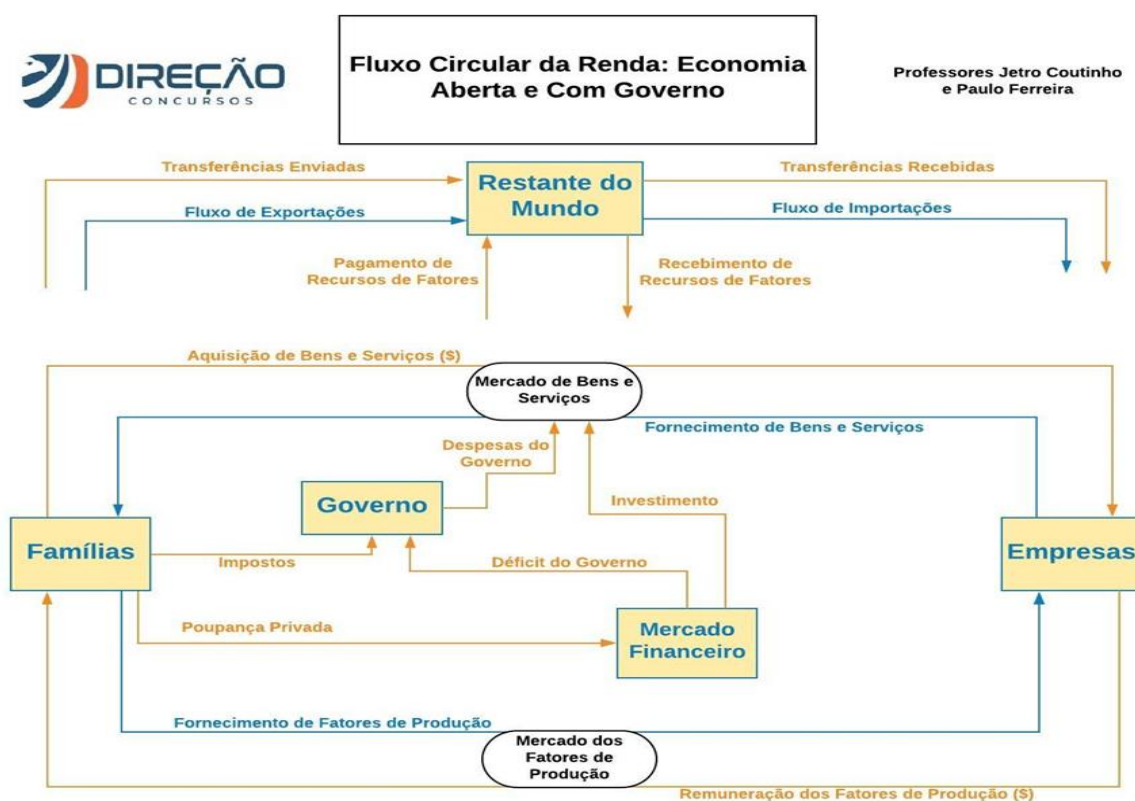
Contas Nacionais:

- Medem o desempenho de uma Economia;
- Fornecem base de comparação entre os desempenhos econômicos dos diversos países;

Objetivos da política macroeconômica:

- Alto nível de emprego;
- Estabilidade de preços;
- Distribuição da renda;
- Crescimento econômico.
- Há custo de oportunidade entre os objetivos.

Fluxo Circular da Renda (mais completo - economia aberta e com governo):



Identidade Macroeconômica Básica:

- $\text{PRODUTO} = \text{RENDA} = \text{DESPESA}$.

Economia fechada e sem Governo

- Produto: O PIB é o total em valores monetários dos bens e serviços finais produzidos em um país em um determinado período de tempo. Variável fluxo.

- Renda: $Y = j + a + I + s$
- Despesa Agregada (Demanda Agregada): $\text{Demanda Agregada} = C + I$
- Investimento: $I = \text{FBCF} + \Delta E$
- Poupança: $S = S_p$
- $\text{Investimento} = \text{Poupança}$

Economia fechada e com governo::

- Produto: $\text{PIBpm} = \text{PIBcf} + \text{Impostos Indiretos} - \text{Subsídios}$
- Renda: $Y = j + a + I + s + t$
- Renda Líquida do Governo: $\text{RLG} = \text{ID} + \text{II} + \text{CS} + \text{Tx} + \text{ORG} - \text{Trans.} - \text{Sub.}$
- $\text{RIB} = \text{PIBcf}$
- Demanda Agregada: $\text{DA} = C + I + G$
- Investimento: $I = I_p + I_g$
- Poupança: $S = S_p + S_g$
- $\text{Investimento} = \text{Poupança}$

Economia aberta e com governo:

- Produto e Renda: $\text{PIB} = \text{PNB} \pm \text{RLEE}$
- $\text{RNB} = \text{PNBcf}$
- Demanda Agregada: $\text{DA} = C + I + G + (X - M)$
- Investimento: $I = I_p + I_g$
- Poupança: $S = S_p + S_g + \text{Sext}$
- Poupança Externa: $\text{Sext} = M - X + \text{RLEE}$
- $\text{Investimento} = \text{Poupança}$

Conceitos Adicionais:

- Renda Nacional Disponível: $\text{RND} = \text{RNB} + \text{Transf.}$
- Renda Pessoal: $\text{RP} = \text{RND} - \text{lucros retidos pelas empresas} - \text{ID sobre as empresas} - \text{ORG}$
- Renda Pessoal Disponível: $\text{RPD} = \text{RP} - \text{impostos diretos sobre as famílias.}$

Bruto x Líquido:

- $\text{Líquido} = \text{Bruto} - \text{Depreciação}$

Produto Real, Produto Nominal e Deflator:

- O PIB nominal é aquele medido a preços correntes (considera alterações nos preços).
- O PIB real é aquele medido a preços constantes (não considera alterações nos preços).
- $\text{Deflator Implícito} = \frac{\text{PIB Nominal}}{\text{PIB Real}}$